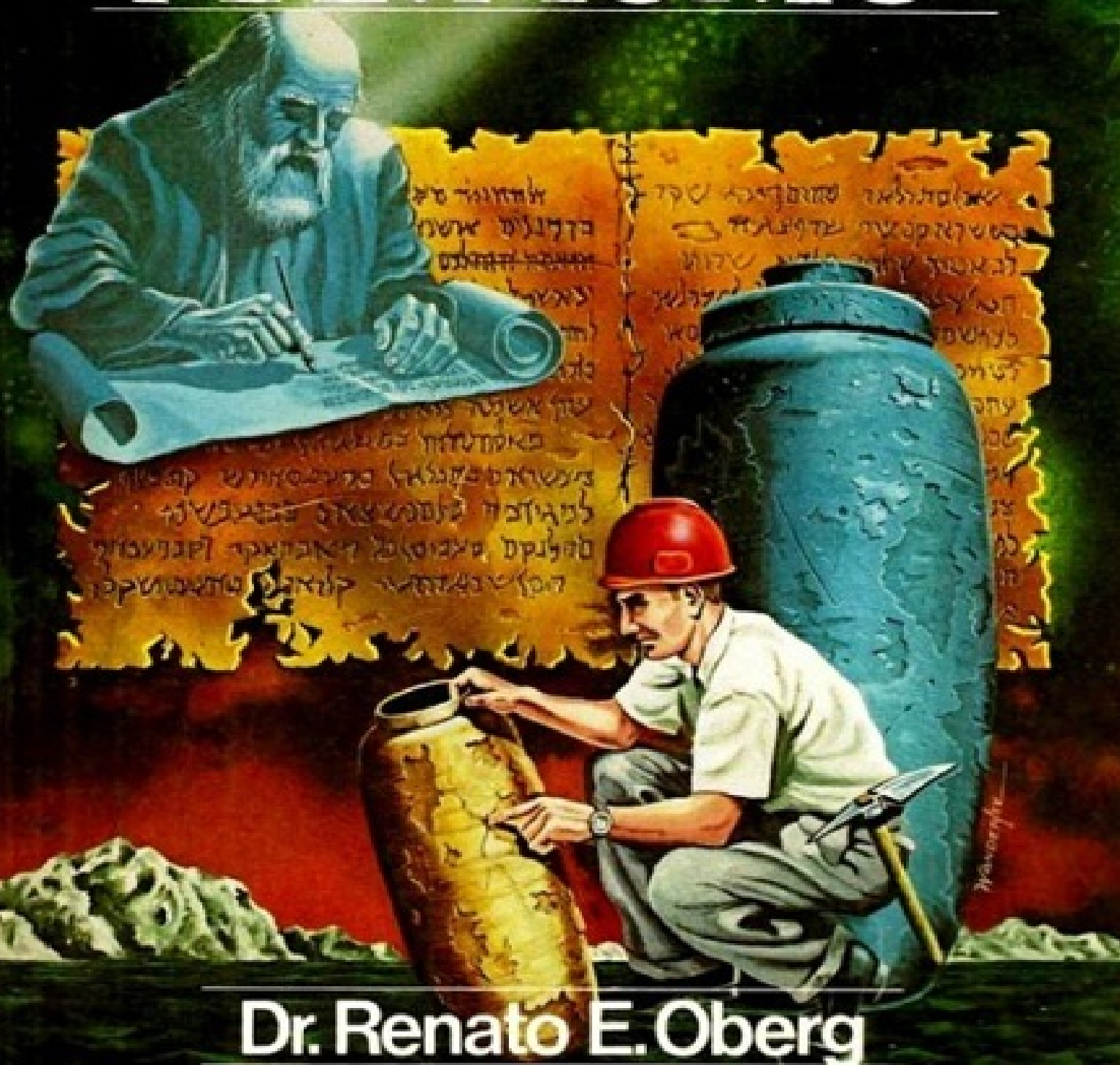


A Nossa Bíblia e os MANUSCRITOS DO MAR MORTO



A NOSSA BÍBLIA E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO

Dr. Renato Emir Oberg

CASA PUBLICADORA BRASILEIRA

1984

Dedicado a

Irene

Renato e Nadja

Renir e José Luiz

Reneri e Luciano, e

Renair e Halim,

pela inspiração que sempre me deram.

Minha gratidão

ao Pastor Arnaldo B. Christianini e ao Rev. Rodolfo Anders, pelo estímulo, sem o qual esta obra não se teria concretizado.

Renato

Um Livro Necessário

É fora de dúvida que, na área escriturológica, o acontecimento marcante do século foi a providencial descoberta dos chamados “rolos do Mar Morto” em algumas cavernas dessa região, a partir de 1947.

Esses preciosíssimos MMSS (Manuscritos) e o estudo que deles se faz, pode-se dizer, são ainda como que uma sinfonia inacabada, de longa execução. Isto porque a maior parte desses valiosos documentos bíblicos, quer unidades completas, quer parciais ou fragmentárias, acha-se em fase laboratorial de avaliação e estudos conclusivos pelos peritos e eruditos. Como afirmou Charles Fritscher, “levará vários anos para se publicar todo o material encontrado na caverna nº 4”.

Houve, sem dúvida, intervenção divina nesse maravilhoso achado. Foi miraculosa a preservação desses rolos, ao longo de mais de um milênio, bem como as circunstâncias desse achado, e sua chegada às mãos dos peritos e eruditos, o que permitiu a avaliação de sua importância, inclusive para a Crítica Textual.

Esta importância é multifária. Os rolos estão trazendo valiosos subsídios para o estudo do VT, pois confirmam, salvo pormenores insignificativos, a validade do Texto Massorético (Bíblia Hebraica), pois dispomos agora de manuscritos mil anos mais antigos do que os que existiam. Trazem também bons subsídios para melhor enfoque do chamado período intertestamentário, principalmente no que tange aos costumes da época, vistos na vida comunitária dos essênios. Enfim, dão-nos os antecedentes da Igreja Primitiva.

Outra contribuição desses MMSS já se reflete nas mais recentes traduções bíblicas. À guisa de exemplo, citamos a Bíblia de Jerusalém, recentemente editada pelas Edições Paulinas. Ela traz, no rodapé, um verdadeiro aparato crítico, com referências dos textos dos rolos de Qumran em cotejo com versões tradicionais, no livro de Isaías, e os comentários dos livros de Naum e Habacuque, nas notas sobre esses livros. Exemplificando, sobre Isaías 33:8, há a seguinte informação: “as testemunhas” 1QIs^a; “cidade” “TM”. O TM indica o Texto Massorético. Sabe-se que o Saltério, na versão grega, contém o Salmo 151. As descobertas do Mar Morto restituíram o original hebraico do Salmo 151 grego, que, na realidade, é uma combinação de dois salmos, nada

inovando no texto. E também dois salmos da antiga versão siríaca (que possui 155 salmos), mas nenhum versículo inédito.

É fascinante o estudo dos MMSS do Mar Morto. Principalmente na década de 50 escreveu-se um chorrilho de obras, opúsculos e artigos sobre o assunto. Lemos quase uma dezena desses escritos. Por isso podemos afirmar que o livro “A Nossa Bíblia e os Manuscritos do Mar Morto” do culto Pastor Dr. Renato Emir Oberg situa-se entre os melhores que se escreveram sobre o assunto. A primeira vez que o li foi quando recebi seus manuscritos para serem publicados na forma de artigos na “Revista Adventista”. Apreciei-os e achei que deveriam ser publicados, sim, mas na forma de um pequeno livro. Ampliados e refundidos, a Casa Publicadora Brasileira os apresenta agora na forma do livro por mim sugerido.

Este livro constitui um trabalho simples e despretensioso, dedicado aos obreiros, aos estudiosos das Escrituras, aos teologandos, aos leigos que querem informações precisas dessa área. Seus treze capítulos, em vista de sua exposição didática, constituem, de fato, treze aulas, ministradas, com maestria e clareza, pelo seu autor. E aqui nos vem a grata lembrança de sua tese de Doutorado em História, pela USP, intitulada “João Huss, um Injustiçado”, cujos originais tivemos o prazer de ler, ao tempo em que dirigíamos a Redação da Casa Publicadora Brasileira. Nessa ocasião, reverificamos, conjuntamente com, o autor, as citações latinas desse trabalho.

O livrete “A Nossa Bíblia e os Manuscritos do Mar Morto” enriquece a bibliografia adventista, e não deve faltar na estante de nenhum expectante da bendita esperança” do glorioso aparecimento de Cristo. É um livro necessário.

Campinas, 25 de maio de 1983.

Arnaldo B. Christianini

Dúvidas

No fim da década dos quarenta, o mundo foi abalado pelas manchetes dos jornais com a notícia de que haviam sido descobertos manuscritos bíblicos antiqüíssimos, provindos, segundo alguns, de até quase meio milênio antes da era cristã.

Lembramo-nos bem da expectativa que havia na época, quando céticos e crentes aguardavam com desusado interesse a tradução daquelas descobertas, fazendo-se freqüentemente inúmeras perguntas sobre o caso: Seriam esses manuscritos, de fato, tão antigos quanto se afirmava? Quem os teria escrito? Se alguns deles eram, realmente, porções das Escrituras Sagradas (e de fato o eram) tão antigas como se supunha, que resultados trariam para a interpretação da Bíblia que temos hoje em nossas mãos? Qual dos dois grupos, o dos crentes ou o dos descrentes no Livro Sagrado, teria sua fé e argumentação confirmadas? Quantos erros cometidos pelos inúmeros copistas intermediários das Escrituras viriam à luz agora, com o surgimento destas cópias muito mais antigas? E, em consequência disto tudo, quanto da teologia encontrada nas atuais cópias da Bíblia Sagrada teria de ser alterado com as correções que se fizessem necessárias?

Pessoalmente, participávamos intensamente desta curiosidade porque ainda eram vividas em nossa memória as lutas íntimas que havíamos sofrido nos anos de curso secundário, quando brilhantes colegas nossos ironizavam o fato de crermos na Bíblia, um livro desprezado pelo mundo culto. Exigiam de nós uma prova desta crença e, entre as críticas que faziam às respostas que dávamos, estavam algumas das perguntas acima que eram julgadas invulneráveis. Que certeza tem você, diziam eles, de que esta Bíblia em que crê seja igual à que foi escrita por seus autores? Não possuímos hoje original algum da época em que seus livros foram escritos, continuavam eles, e foi só depois da invenção da imprensa que o mundo se libertou dos erros dos copistas, tão comuns em manuscritos antigos desta natureza. Como se pode crer que com mais de dois ou três mil anos de idade e após tantas vezes copiados, os escritos dos antigos profetas tenham escapado desta regra tão geral e serem tidos em tão alta confiança que se chega a fazer doutrinação até sobre uma única palavra neles contida? Tais conversas eram, como já dissemos, de simples jovens estudantes do curso secundário, mas refletiam

bem o pensamento do meio no qual vivíamos e deixaram uma impressão muito profunda em nossa mente.

Passaram-se os anos e ainda hoje as mesmas idéias continuam a dominar alguns círculos até de eruditos em assuntos religiosos.

Na Encíclica *Providentissimus*, Leão XIII escreveu que “todos os Padres e Doutores tiveram a firmíssima persuasão de que as divinas Escrituras, quais saíram da pena dos autores sagrados, são inteiramente isentas de qualquer erro”. Contudo, depois de citarem estas palavras, alguns estudiosos lhes acrescentaram o seguinte comentário:

“Mas será que todas nos chegaram tais quais saíram da pena dos autores sagrados”? Nenhum autógrafo, nem sequer do último dos autores inspirados, chegou até nós, como também o de nenhum escritor da antigüidade profana; só possuímos as suas cópias remotas. Ora, os copistas não tiveram a assistência do Espírito Santo como os agiógrafos, e enquanto copiavam a mão, era natural se introduzissem no texto alterações de várias espécies. No longo período de 1.500-3.000 anos, desde as primeiras cópias até à invenção do prelo (séc. XV), era moralmente impossível que dois exemplares de um mesmo livro, ao menos os mais extensos, fossem exatamente iguais, e Deus, que preservou de todo erro os originais dos livros sagrados, não quis obrigar-Se a milhares de milagres que seriam necessários para que se conservassem intactas as cópias. Bastava conservar inalterada a substância do depósito da fé contido nos livros sagrados.”

O assunto continua, pois, delicado e agora, diante dos manuscritos recém-descobertos nas proximidades do Mar Morto, que certezas trariam eles aos crentes conservadores do Livro Santo, e quais as dúvidas que céticos, como nossos colegas de juventude, poderiam, porventura, varrer da mente?

À medida que se anunciavam novas descobertas em outras áreas da mesma região, as notícias iam diminuindo suas manchetes, até que, finalmente, desapareceram, sem dúvida por não mais interessarem aos polemistas. Por quê? A razão era simples, mas ainda não a conhecíamos: os famosos Manuscritos do Mar Morto trouxeram tantas evidências em favor da exatidão das cópias da Bíblia que possuíamos, que as críticas feitas às Escrituras Sagradas perderam completamente sua razão de ser e algumas delas caíram até no ridículo.

E interessante, e mesmo fascinante, fazer uma recapitulação da história

destes manuscritos, para cuja preservação concorreu tanto o zelo religioso dos essênios, como a corriqueira atividade de simples pastores de cabras.

Os Manuscritos do Mar Morto-I

Chamamos de Manuscritos do Mar Morto a uma grande quantidade de documentos encontrados em várias cavernas próximas do Mar Morto, na Palestina. Foi provavelmente em 1947 que surgiram os primeiros deles numa caverna do *Wadi Qumran*, situada nas escarpas ocidentais do norte desse mar. Quatro anos mais tarde, a cerca de dezoito quilômetros mais para o Sul, os beduínos descobriram novos documentos, desta vez no *Wadi Murubaát* e, em 1952, era no *Khirbet Mird*, nas ruínas de um mosteiro a cerca de dez quilômetros a sudoeste de Qumran, que se acharam novos fragmentos de rolos. Em algumas outras poucas cavernas da região foram descobertos mais uns tantos manuscritos de menor importância para o assunto em foco, e todo este acervo recebeu o nome genérico de “Manuscritos do Mar Morto”, com designações individuais que os eruditos lhes deram e lhes dão ainda, de acordo com os lugares e a ordem em que foram sendo encontrados.

A quantidade de fragmentos descobertos foi enorme e resultou de um trabalho muito penoso. O arqueólogo teve de demonstrar toda a sua paciência, peneirando toneladas de poeira e cascalho e catando pedacinhos de manuscritos que, por vezes, não eram maiores do que uma unha. Só na caverna nº 4 de *Qumran*, aquela em que se achou a maior quantidade destes fragmentos, foram encontrados cerca de 35.000 deles! Na Sala dos Rolos do Museu Arqueológico de Jerusalém, peritos da Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Polônia, debruçam-se ainda hoje sobre várias mesas cheias de vidros retangulares do tamanho da página de um livro, sob os quais se vão classificando pedacinhos de papéis e vão sendo “montadas” as antigas “páginas” de rolos amarelados pelo tempo, mascados por animais e até danificados pelo próprio homem. Lá se faz, segundo o Dr. Frank M. Cross, o “máximo em jogo de quebra-cabeças” que o homem já teve diante de si.

Além de fragmentos, acharam-se também rolos como o de Isaías, que contém todo o livro deste profeta do Velho Testamento e que foi encontrado na Caverna 1 de *Qumran*; o dos Salmos, quase completo, encontrado na Caverna 11; um de Levítico, em estado precário, também encontrado na Caverna 11; um de Samuel, do qual F. M. Cross reconstituiu cerca de dois terços, com fragmentos encontrados na Caverna 4; um de Samuel, com 47 colunas das 57 que compõem o livro todo; e vários outros menos completos.

Juntando todos eles, conseguiu-se obter um exemplar quase completo do Velho Testamento, tal como o temos hoje, sendo fácil comparar ambas as cópias com quase um milênio de separação no tempo.

Não foram encontrados apenas manuscritos bíblicos. Muitos outros surgiram daquelas cavernas, versando sobre temas tais como um líder, “O Mestre da Justiça” que os sábios buscam saber quem teria sido; um “Sacerdote ímpio”; o “Manual de Disciplina”, rolo que contém as regras usadas pela comunidade de Qumran; o rolo que E. L. Sukenin chamou de “Guerra dos Filhos da Luz Contra os Filhos das Trevas”; um hinário com cerca de quarenta salmos; cópias de apócrifos como Tobias, Eclesiástico, etc.; de pseudepígrafos como Jubileu e Enoque; o Gênesis Apócrifo que contém a história da criação embelezada com detalhes que lhe foram acrescentados pela imaginação do seu incógnito autor; cartas, inclusive de Bar Cocheba, o líder judeu da revolta que terminou com a segunda destruição de Jerusalém, pelas tropas de Adriano em 135 AD; contratos, dos quais um é de casamento; e não falta, sequer, o toque misterioso e aventureiro de dois rolos de cobre encontrados na Caverna 3, paciente e penosamente abertos pelo Prof. H. Wryght Baker, da Universidade de Manchester, com uma serra finíssima de fazer cortes em pena de escrever, especialmente adaptada para este fim, e que revelou conter roteiros para tesouros escondidos em aproximadamente sessenta lugares diferentes e que conteriam cerca de 200 toneladas de ouro, prata e incenso!

Muitos destes manuscritos já foram traduzidos e publicados, mas grande parte deles se acha ainda sob o crivo e estudo dos eruditos. A tarefa é imensa, e existe até uma revista especializada nesta pesquisa, a *Revue de Qumran*, editada em Paris desde 1958.

Que nos contam estes documentos? Que nos dizem os eruditos que se dedicam ao seu estudo? De onde vieram estes manuscritos? Quem os escreveu? São eles úteis para nós? Eliminam qualquer das dúvidas até agora existentes? Deixemos, por agora, todas estas perguntas em suspenso, porque, para melhor respondê-las, é bom que recapitulemos em primeiro lugar, embora com brevidade, a maneira pela qual chegou até nós a Bíblia que hoje possuímos.

As Bíblias Modernas

As Bíblias que hoje temos em nossas mãos não são todas iguais. Elas diferem entre si quanto aos livros do Velho Testamento que contêm, não havendo qualquer diferença no Novo. O Velho Testamento das chamadas *Bíblias Evangélicas* contém os 39 livros considerados canônicos, isto é, genuínos, pela religião judaica e pelas Igrejas Evangélicas. As Bíblias chamadas “católicas”, além destes, trazem ainda os livros Apócrifos ou Deuterocanônicos.

Das chamadas Bíblias evangélicas, existem em português várias traduções, sendo que a mais usada é a que foi feita por João Ferreira de Almeida, ministro da Igreja Reformada Holandesa, português, nascido em 1628, em Java, na Indonésia. O Novo Testamento desta tradução saiu do prelo em Amsterdam, na Holanda, em 1681, com o interessante título de “*O Novo Testamento Isto he o Nôvo Concerto de Nosso Fiel Senhor e Redemptor Iesu Christo traduzido na Língua Portuguesa*”. Devido ao falecimento do tradutor, o Velho Testamento foi completado por missionários, colegas seus e publicado em dois volumes no ano de 1753. Apenas em 1819 é que a tradução completa dessa Bíblia foi publicada num só volume. Antes disto, já D. Diniz, Rei de Portugal (1279-1325) traduziu pessoalmente os vinte primeiros capítulos do Gênesis, D. João I (1365-1433) patrocinou a tradução dos Evangelhos, dos Atos dos Apóstolos e das Cartas de São Paulo, e, pessoalmente, os Salmos. Finalmente, em 1495, Da. Leonor, rainha de Portugal, mandou imprimir uma tradução da *Vida de Cristo* que continha o Evangelho Segundo S. Mateus. Alguns anos mais tarde, ela fez publicar também os Atos dos Apóstolos e as Cartas de S. Tiago, S. Pedro, S. João e S. Judas. Nossa língua foi, portanto, uma das primeiras a traduzir para seu idioma porções das Sagradas Escrituras.

As chamadas Bíblias católicas contêm sete livros a mais, os já citados livros apócrifos ou deuterocanônicos, que são os seguintes: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruke e os dois livros de Macabeus. Além deles, são apócrifos também alguns capítulos a mais que essas Bíblias incluem nos livros de Ester e Daniel. A posição destes livros dentro da Bíblia muda um pouco nas várias traduções. Geralmente, os livros de Tobias e Judite aparecem entre os de Neemias e Ester, os de Sabedoria e Eclesiástico entre Cantares (ou

Cântico dos Cânticos) e Isaías, o de Baruque, depois do livro de Lamentações de Jeremias e os dois livros de Macabeus, ora depois de Ester ou Judite, ora no fim do Velho Testamento, depois de Malaquias. Algumas traduções trazem também uma Carta de Jeremias como livro separado, mas, geralmente, ela é incluída no livro de Baruque. Como foi que se deu a inclusão destes livros nesta Bíblia é assunto que veremos mais adiante.

As chamadas Bíblicas católicas são igualmente zelosas nas traduções para nosso idioma. A mais antiga destas traduções foi feita pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, cujo Novo Testamento veio à luz em 1781 e o Velho alguns anos depois, em 1790. Durante algum tempo, esta tradução, contendo apenas os 39 livros considerados canônicos pelos evangélicos foi publicada também pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, sucedida em nosso país, anos mais tarde, pela Sociedade Bíblica do Brasil.²

Os autores destas traduções usaram originais diferentes do Velho Testamento, sendo que João Ferreira de Almeida usou a 2ª edição do *Textus Receptus*, publicada em 1633 pelos irmãos Elzevir, muito comum e bem recebida na Europa de então. Antônio Pereira de Figueiredo usou a tradução latina conhecida pelo nome de “Vulgata”. Recentemente, os tradutores católicos que se prendiam apenas à Vulgata, começaram a basear-se também nos originais hebraicos, necessidade recomendada inclusive por Pio XII. Em meados deste século, realizaram-se esforços muito grandes no sentido de haver uma única tradução oficial da Bíblia tanto para católicos como para evangélicos, a Bíblia Ecumênica, mas eles não se concretizaram porque o problema dos livros apócrifos demonstrou ser um obstáculo intransponível. No Brasil, estes esforços continuaram no que diz respeito ao Novo Testamento, chegando-se a nomear uma comissão de oito membros, dos quais quatro eram ministros evangélicos e quatro, sacerdotes católicos. Poucos dias, porém, depois da primeira reunião, esta comissão suspendeu seus trabalhos por causa do ofício enviado pela representação católica, comunicando que aceitava o texto do Novo Testamento da tradução João Ferreira de Almeida tal como foi revisto e atualizado pela Sociedade Bíblica do Brasil, fato que esta considerou “sumamente auspicioso”. Além disto, a Sociedade Bíblica do Brasil publica duas edições praticamente iguais de uma tradução parafraseada recente, com o nome de *A Bíblia na Linguagem de Hoje*, cuja única diferença está na existência do *Imprimatur* católico.

É gratificante ver o número de novas traduções que estão aparecendo nos últimos anos, feitas por ambos estes grupos cristãos, todas elas com o propósito comum de aprimorar a redação da Palavra de Deus em nossa língua. Este esforço deve ser altamente considerado porque demonstra o interesse

geral que existe neste aprimoramento. É preciso lembrar que este é realmente um esforço porque, além do penoso trabalho da tradução, existe ainda o da Crítica Textual que compara os manuscritos existentes com os novos que vão sendo descobertos, e é exatamente neste aspecto que o aparecimento dos Manuscritos do Mar Morto está contribuindo com um copioso material muitíssimo útil para o conhecimento da língua em que a Bíblia foi escrita. Todo este esforço vem contribuindo decisivamente para eliminar dúvidas outrora levantadas e para dar respaldo às traduções da Bíblia que tínhamos em mãos até agora.

Deixemos, porém, agora, por um pouco de tempo, este tipo de considerações e passemos a olhar para alguns aspectos das principais fontes de que dispunham os tradutores da Bíblia Sagrada antes dos Manuscritos do Mar Morto, cujo valor neste sentido queremos destacar.

O Pentateuco e Jó

Segundo a tradição judaica, os primeiros livros da Bíblia a serem escritos foram os do Pentateuco e de Jó, cuja autoria é atribuída a Moisés. O Talmude Babilônico afirma que “Moisés escreveu o seu próprio livro e as passagens a respeito de Balaão e Jó”. Os cristãos conservadores aceitam esta tradição.

Dentro deste critério, o livro de Jó é o mais antigo da Bíblia e Moisés o escreveu quando pastoreava os rebanhos do seu sogro nas terras de Midiã, após ter fugido do Egito. Os cinco livros que compõem o Pentateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) ele os escreveu posteriormente. Os que não aceitam esta tese, já escreveram muito a respeito, procurando arrazoar com argumentos os mais variados, que vão desde a diferença de estilo até às peculiaridades de cada livro. Sem querer argumentar neste terreno, pois não é este o nosso propósito, podemos dizer que esta argumentação perde muito do seu valor quando lembrarmos o fato de que Moisés poderia muito bem ter usado documentos da época de estilos variados, sem, contudo, perder seu próprio estilo de linguagem. Este seria o caso, por exemplo, da palavra hebraica *Shaddai* (Todo-Poderoso) que aparece quarenta e duas vezes nos livros de Moisés (trinta e uma no livro de Jó, seis no de Gênesis e mais três nos de Êxodo e Números), enquanto que em todo o restante do Velho Testamento é usada apenas oito vezes, das quais duas no livro de Rute que pertence ao mesmo período antigo da história de Israel.

Júlio Welhausen (1844-1918), um dos mais proeminentes nomes no terreno do criticismo bíblico do século passado, professor das Universidades de Greifswald, Marburg e Göttingen, nos seus esforços para negar o fato de Moisés ter sido o autor dos livros que lhe são atribuídos, negou a própria possibilidade dele, Moisés, os haver escrito. Usou um argumento que, no seu tempo, parecia ser irrefutável. Dizia que, se tão-somente fosse possível saber que Moisés pudesse ter usado uma escrita que chegasse até nós, seria ridículo não aceitá-lo. Era possível argumentar desta maneira porque, de acordo com o que se conhecia na época, quando as primeiras grandes descobertas arqueológicas estavam começando a empolgar o mundo e quando se dizia que tudo tinha de ser resolvido pela razão, se dava como certo que o alfabeto fora inventado pelos fenícios e que nossa escrita tinha neles sua origem.

No tempo do renomado crítico alemão, o mundo estava fascinado com os

feitos de Champolion (1790-1832) e de Rawlinson (1810-1895), cujas descobertas permitiram que se lessem os hieróglifos e cuneiformes que estavam escritos nos papiros, paredes, tijolinhos, esteias, etc., daqueles povos antigos. Só então é que se soube definitivamente que os sinais gravados em tantos monumentos não eram simples elementos decorativos como criam alguns, mas uma escrita real que desvendava, agora, para o nosso tempo, tudo aquilo que os povos do Nilo e da Mesopotâmia pensavam e faziam.

Ora, deveria ter raciocinado Welhausen, se o alfabeto da nossa escrita fora inventado pelos fenícios que viveram em época bem posterior à de Moisés, este, se de fato tivesse escrito seus livros, só o poderia ter feito na língua que aprendera no Egito e que era a única da época na região, o hieróglifo. Neste caso, teria ele continuado a raciocinar, seus escritos só poderiam ter vindo ao nosso conhecimento depois de Champolion fazer suas descobertas. Portanto, não era possível admitir que os livros atribuídos a Moisés pudessem ter sido escritos por ele. A única conclusão possível era, pois, a de que tais livros tivessem sido escritos em épocas bem posteriores que lhe eram atribuídas e, conseqüentemente, seus autores seriam outros que, na melhor das hipóteses, poderiam ter colecionado lendas, sagas e tradições.

Como já dissemos, tudo isto era praticamente impossível de ser refutado na época e o número de críticos e céticos aumentava constantemente. Era a moda, e este ceticismo dava até *status* social a quem o defendesse.

Acontece, porém, que no princípio do século XX ou, mais precisamente, nos anos de 1904 e 1905, Sir Flinders Petrie, famoso arqueólogo inglês, fazendo escavações na Península do Sinai patrocinadas pela Escola Britânica de Arqueologia, descobriu algumas inscrições desconhecidas e que apresentavam alguma semelhança com os hieróglifos. O caso despertou enorme interesse entre os estudiosos do assunto, especialmente quando viram surgir em outros lugares da Palestina mais vasos e óstracos com sinais semelhantes.



Inscrição proto-semítica descoberta por Sir Flinders Petrie, em 1905, na Península do Sinai, e que contém caracteres identificados como alfabéticos.

Para encurtar a história, o caso foi elucidado completamente por arqueólogos famosos, inclusive W. F. Albright, e hoje se sabe que os sinais descobertos por Petrie pertencem à escrita proto-sinaítica e esta era alfabética!

Com esta descoberta, a origem do nosso alfabeto se transportou da época dos fenícios para a dos seus antepassados de vários séculos, os cananeus, que viveram no tempo de Moisés e antes dele.

Estes cananeus tiveram, segundo tudo quanto sabemos hoje, a feliz idéia de simplificar a escrita egípcia, passando a usar um pequeno número de símbolos, ao invés dos complicados hieróglifos, isto é, passaram a usar sinais que representam sons, em lugar de sinais que representam idéias.

Para o assunto que estamos discutindo, esta descoberta é de importância muito grande, porque estes cananeus, os inventores da escrita alfabética, viveram exatamente na região onde Moisés pastoreou as ovelhas do seu sogro. Convém, portanto, que conheçamos um pouco mais sua história.

As minas de cobre e turquesa da região do Sinai são antiqüíssimas, mas foi a partir da XII Dinastia do Egito, durante o século XX AC, que os Faraós começaram a explorar regularmente as que ficavam em Serabith-el-Khadem, distante cerca de oitenta quilômetros, a noroeste do tradicional Monte Sinai onde foram dados os Dez Mandamentos. Foi em Serabith-el-Khadem que Petrie fez suas descobertas e, em termos de jornada, esta região distava cerca de três dias de viagem do Egito. No século XV AC, muitos semitas trabalhavam para os egípcios nestas minas e, de acordo com o que os arqueólogos pesquisaram, sua religião era bem semelhante à dos israelitas.

Foi para esta região, a mesma que naqueles tempos antigos era conhecida pelo nome de “terra de Midiã”, que “Moisés fugiu da presença de Faraó”.

Com estas e outras descobertas, muitos dos argumentos apresentados pela Crítica Histórica para contestar a verdade bíblica perderam sua razão de ser, porque as histórias narradas pelo Livro Sagrado passaram a ser perfeitamente compreensíveis à luz dos costumes da época. No caso específico de Moisés, sua boa convivência com seu sogro, o sacerdote Jetro, poderia muito bem ter sido motivada pelas religiões de ambos que eram muito semelhantes.

Ora, tendo Moisés vivido durante quarenta anos nesta região, é óbvio que tomou contacto com a escrita aparentemente rude daquele povo, e viu nela a escrita do futuro. Passou logo a usá-la por duas razões importantes que teria julgado decisivas: a primeira bem poderia ter sido a impressão grandiosa de poder usar uma escrita alfabética, composta apenas de vinte e dois sinais e que era, portanto, muitíssimo mais simples do que os complicados e infindáveis sinais ideográficos que aprendera nas escolas do Egito. A outra poderia ter sido o fato de compreender que estava escrevendo para seu próprio povo, cuja origem semita era a mesma dos habitantes da terra - em que vivia e cuja religião era idêntica à dos israelitas, dela se diferenciando apenas nas deturpações que sofrerá por causa da influência pagã reinante naquelas paragens.

Moisés compreendeu que os leitores dos seus livros seriam homens e mulheres, moços e moças do povo que, não sendo versados em hieróglifos, aprenderiam com muito mais facilidade os poucos e simples sinais alfabéticos que representavam sons, do que os inúmeros e complicados hieróglifos que representavam idéias. Em outras palavras, Moisés teve a grande percepção de que estava escrevendo não para o mundo culto do Egito, orgulhoso de sua cultura e da sua escrita complicada, e que odiava a religião semita, mas para o povo, neste caso, o seu próprio povo que, com este sistema, poderia aprender a ler e escrever muito mais rapidamente e, muito mais rapidamente ainda, pôr em prática as ordens de Jeová que diziam: “Estas palavras que hoje te ordeno... as escreverás nos umbrais de tua casa, e nas tuas portas.” Isto seria completamente impossível de ser feito, caso o povo tivesse de usar os hieróglifos. Com esta decisão, Moisés deu preferência à escrita do futuro!

A frase de Welhausen, a de que seria ridículo não aceitar a autoria de Moisés se ele pudesse ter escrito nos seus dias, e que seus discípulos proclamaram com tanta veemência, deveria ser respeitada sem mais contestações agora, depois destas descobertas e, coerentes, deveriam tais críticos reconhecer a autoria mosaica destes livros do Velho Testamento.

Grande número dos críticos, porém, preferiu continuar com suas negativas, estribando-se em outros argumentos como, por exemplo, o dos erros dos copistas que, na época, ainda eram certos e indiscutíveis.

Pouco se preocupando, porém, com o que racionalistas e céticos de séculos vindouros viessem a dizer, Moisés e os demais escritores do Velho Testamento continuaram sua obra de transmitir aos homens a história do povo de Deus e as mensagens de advertência dadas pelo Céu para servirem de aviso a “nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado”. Foi assim e foi por isto que se escreveu a Bíblia.

A Bíblia Hebraica

Como já vimos, foi com Moisés que começaram a ser escritos os livros sagrados do Velho Testamento, e seus sucessores continuaram a escrevê-los até a restauração do povo judeu, após a volta do cativo babilônico, no tempo de Esdras e Neemias. Homens zelosos, de uma fé pura em Deus e, evidentemente, “movidos pelo Espírito Santo”, estiveram sempre atentos às mensagens de Deus e as escreveram e preservaram cuidadosamente, encerrando-se então, ao que se crê, e sob a orientação destes dois grandes vultos bíblicos, o cânon sagrado do Velho Testamento.

Josefo (37-95? AD), historiador judeu que nasceu poucos anos após a morte de Jesus, escreveu o seguinte a respeito do que, na época, a nação já tinha como certo sobre o assunto: *Não temos uma multidão inumerável de livros entre nós, discordando um do outro e contradizendo-se mutuamente [como os gregos têm], mas apenas vinte e dois livros que contêm os registros de todos os tempos passados e que cremos serem de origem divina; quanto a eles, cinco pertencem a Moisés e contêm suas leis e as tradições da origem da humanidade, até sua morte. Este intervalo de tempo foi de um pouco menos de três mil anos; mas desde a morte de Moisés até o reinado de Artaxerxes, rei da Pérsia, que reinou depois de Xerxes, os profetas que viveram depois de Moisés escreveram em treze livros o que se passou em seus tempos. Os de mais quatro, contêm hinos a Deus e preceitos para a conduta da vida humana. É verdade que nossa história foi escrita desde Artaxerxes, muito particularmente, mas não foi tida como tendo a mesma autoridade que a dos nossos antepassados, porque não houve mais uma exata sucessão de profetas desde aquele tempo; e com quanta firmeza demos nosso crédito a estes livros de nossa própria nação, se evidencia pelo que fazemos; porque durante todo o tempo que já passou ninguém teve a ousadia de acrescentar qualquer coisa a eles, nem de lhes tirar qualquer coisa, ou de fazer qualquer mudança neles; porque se tornou natural a todos os judeus, logo depois do seu nascimento, considerar estes livros como portadores das doutrinas divinas, apegar-se a eles e, se for necessário, estarem prontos a morrer por eles.*

Estas palavras demonstram que já nos tempos de Jesus Cristo os judeus consideravam formado o cânon sagrado do Velho Testamento encerrado por Esdras e Neemias e, daí por diante, ninguém mais ousou alterá-lo. Embora

mais recentemente alguns queiram demonstrar que a formação do cânon seja posterior, o que não tem qualquer sombra de dúvida é que ele já estava formado nos tempos de Cristo.

O fato de Josefo mencionar apenas vinte e dois livros (cinco, treze e quatro) da Bíblia Hebraica se deve, provavelmente a algum esforço para ajustar o número dos livros sagrados ao das letras do alfabeto judaico. Para isto, juntaram o livro de Rute ao dos Juízes e o das Lamentações de Jeremias ao de Jeremias.

Os judeus dividem os vinte e quatro livros da sua Bíblia nas seguintes partes: A *Lei (Torá)*, os *Profetas (Nebiím)* e os *Escritos (Ketubim)*. O Novo Testamento faz referências a esta tríplice divisão, sendo que Jesus, Filipe e Paulo falaram da Lei e dos Profetas, e tanto os Evangelhos como os Atos dos Apóstolos mencionam constantemente a “Escritura” do Velho Testamento.

Na Bíblia Hebraica, os livros se sucedem na seguinte ordem: primeiro, vem a Lei que compreende os cinco livros do Pentateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), seguem-se os Profetas que constam de oito livros divididos em dois grupos, os Profetas Anteriores (Josué, Juízes, Samuel e Reis, estes dois últimos reunidos num só volume, cada), e os Profetas Posteriores (Isaías, Jeremias, Ezequiel e o Livro dos Doze), que compreende os Profetas Menores (desde Oséias até Malaquias) e, finalmente, os Escritos, a terceira divisão, que compreendem os onze livros seguintes: três poéticos (Salmos, Jó e Provérbios), cinco rolos, ou *Megilloth* (Rute, Cantares, Eclesiastes, Lamentações e Ester), o livro de Daniel, os dois livros históricos de Esdras e Neemias (reunidos num só volume) e, finalmente, os dois livros de Crônicas reunidos, também num só volume. Com estas ponderações, compreendemos facilmente por que os vinte e dois livros de Josefo são os mesmos vinte e quatro da Bíblia Hebraica e os mesmos trinta e nove das Bíblias evangélicas.

A Bíblia Hebraica começa, portanto, com o livro de Gênesis e termina com o de II Crônicas, fato que explica a frase de Jesus em S. Lucas 11:51, quando o Mestre, para condenar todos os crimes cometidos diante do altar, começou com o de Abel, relatado no livro de Gênesis (4:8), primeiro livro da Bíblia, e foi até o de Zacarias, relatado em II Crônicas (24:11), que é o último livro da Bíblia. Com isto, inclui todos os mencionados pelas Sagradas Escrituras, desde seu princípio até o fim.

À medida que a Bíblia Hebraica foi sendo traduzida para outros idiomas, a começar pela Septuaginta, a posição destes livros começou a ser alterada com o propósito de se dar a eles uma ordem mais cronológica, mais histórica e

mais profética, chegando-se, finalmente à ordem que temos em nossas Bíblias atuais. E apenas uma questão de ordem e não de conteúdo.

Embora o cânon da Bíblia Hebraica já estivesse fixado desde alguns séculos antes de Cristo, malgrado as afirmações de Josefo, não faltaram os que quisessem alterá-lo, voltando-se especialmente contra os livros de Ester e Cantares. Era fundamental, portanto, que esta querela se resolvesse de vez, porque os líderes judeus se tinham convencido de que nos Livros Sagrados estava a grande força de coesão do seu povo, coesão esta grandemente ameaçada pela Diáspora, ou seja, pela dispersão dos judeus no Império Romano, provocada não só pelas perseguições sofridas, mas também pelo espírito de comércio e de aventura de muitos deles e, convém ressaltar, missionário de outros.

A situação se agravou tanto após a queda de Jerusalém no ano 70 AD, que o Grande Sinédrio, cuja sede se transferira para a cidade de Jâmnia,^[1] resolveu convocar um concílio a fim de resolver de vez o assunto. Não há certeza quanto à data deste Concílio, mas ele deve ter ocorrido entre os anos de 90 a 118 da nossa Era, tendo como uma das suas grandes figuras o Rabi Aquiba Ben José que se destacou na defesa incondicional do cânon já estabelecido. Este Concílio se decidiu, definitivamente, pela confirmação do antigo cânon. Dali por diante, não houve mais qualquer dúvida a respeito.

O Concílio de Jâmnia não só confirmou os livros do cânon sagrado, mas também escolheu seus melhores manuscritos, oficializou-os e decretou a destruição de todos os demais, para que houvesse a tão desejada unidade. O Concílio foi ainda além: para evitar que os manuscritos escolhidos viessem a ser deteriorados por copistas não zelosos, decidiu também sobre as regras que foram mantidas e aperfeiçoadas por homens extremamente zelosos dos livros sagrados e da tradição hebraica, e que ficaram conhecidos pelo nome de “*massoretas*”.

Confirmando o cânon dos Livros Sagrados, escolhendo os melhores textos de seus manuscritos e fixando normas para copiá-los, o Concílio de Jâmnia preservou a Bíblia hebraica com toda a autoridade religiosa da erudição e do zelo judaicos.

Quanto aos cristãos, esta luta interna dentro do judaísmo não deve ter tido muita repercussão, porque, mesmo enquanto se formava o cânon do Novo Testamento, os únicos livros do Velho Testamento cuja leitura era oficialmente permitida nas reuniões públicas eram os vinte e dois do cânon hebraico segundo Josefo.

A Septuaginta

Como vimos, o cânon dos Livros Sagrados, *Torá*, *Nebiím* e *Ketubim*, ou seja, “a Lei, os Profetas e os Escritos”, já estava formado muito antes do Senhor Jesus nascer. O Concílio de Jâmnia, que se reuniu posteriormente, apenas o confirmou. Contudo, já existia naqueles tempos uma tradução da Bíblia Hebraica para grego e que fora feita a partir do século III AC com o propósito de atender às necessidades dos judeus da Diáspora, isto é, daqueles que residiam no exterior, dos quais muitos já nem mais sabiam falar a língua materna. Esta tradução ficou sendo conhecida pelos nomes de “Versão dos Setenta”, “Septuaginta” ou, abreviadamente, LXX, por causa de uma história ou lenda que a ela se atribui.

Quem conta esta história é um certo Aristéias, funcionário da corte de Ptolomeu II, o Filadelfo, rei do Egito, numa carta que escreveu a seu irmão Filócrates, cerca do ano 285-245 AC. O historiador Josefo conta também a mesma história e ambos dizem mais ou menos o seguinte: Com o propósito de possuir uma tradução grega da Bíblia Hebraica para uso dos judeus de Alexandria, Aristéias e o bibliotecário real, Demétrio de Falero, valendo-se do gosto que o rei tinha por sua biblioteca e pelas obras mais importantes do mundo, conseguiu convencê-lo não só a dotar a biblioteca real com este precioso volume, mas também mandar traduzi-lo para o grego. Atendendo ao pedido, o rei escreveu para Eleazar, sumo sacerdote em Jerusalém, pedindo-lhe que enviasse a monumental obra juntamente com homens capazes de fazer a tradução. Respondendo, Eleazar escolheu seis sábios de cada tribo, enviando-os ao monarca egípcio juntamente com um exemplar da Bíblia Hebraica. Na Ilha de Faros, estes setenta e dois homens, alojados, segundo uma variante desta história, em trinta e seis celas separadas, dois em cada cela, e, segundo outra, em setenta e duas celas, um em cada, conseguiram traduzir o Pentateuco, a Lei, em setenta e dois dias. O trabalho teria sido tão perfeito que todas as traduções, fossem as trinta e seis ou as setenta e duas, conferiram umas com as outras palavra por palavra. A magistral obra foi lida, depois, para os judeus de Alexandria, sendo imensamente apreciada. Ptolomeu II, o Filadelfo, ficou tão satisfeito com o trabalho destes piedosos sábios que os cumulou de presentes, enviando-os também em grande número para Eleazar e para os sacrifícios do Templo de Jerusalém.

Se em tempos antigos esta história foi tida como verdadeira, hoje ela não é aceita como tal pelos estudiosos do assunto. A carta de Aristéias é tida como apócrifa e até como tendo sido escrita em época bem posterior, com o propósito de despertar o interesse e respeito dos judeus da Diáspora pelo Livro Sagrado da nação e para apologizar a tradução diante dos gentios que a criticavam.

Se esta história é tida como lendária, o que se tem por certo é que o Pentateuco foi realmente traduzido nesta época, isto é, por volta da metade do século III AC e, quanto ao restante do Velho Testamento, foi ele sendo traduzido continuamente, ficando a tradução completa pronta em fins do século seguinte e metade do I AC. O nome de Septuaginta ou LXX, porém, ficou, e esta versão grega passou a circular intensamente entre os judeus da dispersão. Os criadores da lenda atingiram plenamente seus objetivos!

Convém lembrar aqui um fato importante que se deu na época da tradução da Septuaginta, simples em si mesmo, mas que teve conseqüências muito sérias e grandes. Os tradutores da Bíblia Hebraica para o grego, nesta época, no desejo evidente de estreitar mais os liames de união entre seus compatriotas dispersos, além dos livros que pertenciam ao cânon sagrado, traduziram também alguns outros que julgaram de valor histórico, úteis, portanto, para a manutenção do espírito nacional e também para a meditação. Foi desta maneira que surgiram os livros “apócrifos” da Bíblia que os tradutores da Septuaginta e da Vulgata não tiveram, em absoluto, o desejo de incluir no cânon sagrado. Aliás, o Concílio de Jâmnia deu as melhores provas da firmeza judaica neste sentido, quando considerou este caso um assunto já resolvido.

Tal, porém, não aconteceu com os cristãos, muitos dos quais davam a estes livros apócrifos valor igual ao dos canônicos. Quando esta tendência começou a se agravar, o Concílio de Laodicéia que se realizou na segunda metade do século IV AD tomou a decisão de limitar a leitura dos livros do Velho Testamento nas reuniões religiosas aos vinte e dois do cânon hebraico.

Quanto à Igreja Católica, ela resolveu a questão no Concílio de Trento (1545-1563), incorporando definitivamente os apócrifos ao seu cânon bíblico e passou a chamá-los de “deuterocanônicos”,^{2} para diferenciá-los dos outros aos quais deu o nome de “protocanônicos”.^{3} O nome de apócrifos ela o reservou para os que nem católicos e nem evangélicos incluíram no seu cânon bíblico, e que estes chamam de “pseudepígrafes”.^{4}

Outra alteração que surgiu com a Septuaginta foi a da ordem dos livros da Bíblia que teve o objetivo de grupá-los cronológica, histórica e

profeticamente. Sendo, porém, esta, uma questão apenas de ordem, não atingiu, em absoluto, o conteúdo dos livros.

Algumas das razões desta polêmica foram levantadas por causa do que os cristãos pregavam, e uma delas era o uso que estes faziam da LXX para provar que Jesus era o Cristo, o Messias prometido. Tal procedimento exasperava os judeus nacionalistas, em função do grande número de prosélitos que os discípulos do Nazareno conseguiam fazer até no meio deles mesmos, usando os próprios profetas que os judeus usavam para pregar sua fé. Um exemplo disto foi a dúvida que levantaram sobre a tradução de Isaías 7:14,^{5} profecia muito usada pelos cristãos. Neste versículo, a Septuaginta traduziu a palavra hebraica *almah* pela grega *partenos* que significa virgem. Passados, porém, cerca de dois séculos durante os quais a pureza desta tradução fora até louvada, os judeus tradicionais resolveram dizer que ela estava errada e que a palavra grega correta deveria ser *neanis*, porque esta dá o sentido da mulher ser apenas jovem e não necessariamente virgem.

Sobre esta polêmica, Samuel P. Tregelles, tradutor para o inglês do famoso dicionário hebraico de Gesenius, diz o seguinte:

O propósito do esforço para minar a opinião que atribui o significado de “virgem” a esta palavra, visa claramente provocar uma discrepância entre Isaías 7:14 e São Mateus 1:23: nada, porém, do que se afirmou, apresenta fundamento real para qualquer outro significado. As versões antigas que dão um significado diferente, fazem-no facciosamente, enquanto que a LXX, que não tinha motivos para isto, traduziu-a por “virgem” na própria passagem que já deveria lhes ter dado alguma dificuldade. ...A absoluta autoridade do Novo Testamento é, contudo, mais do que suficiente para resolver o caso entre os cristãos.^{6}

A Vulgata

Embora a língua oficial do Império Romano fosse o latim, era o grego que mais se falava por toda parte e sua influência foi muito grande na formação do texto sagrado. Os escritores do Novo Testamento usaram esta língua. Conseqüentemente, à medida que o latim ia sendo cada vez mais usado pelo povo e o grego cada vez mais abandonado, iam surgindo por toda a parte, especialmente no norte da África e na Itália, e cada vez em maior número, traduções de trechos da Bíblia nesta língua, que se baseavam, a maioria das vezes, na Septuaginta. Estas traduções não eram feitas ordenadamente, mas iam surgindo como porções do Velho e do Novo Testamento que ficaram conhecidas pelos nomes de “Africanas” e “Européias”, conforme procedessem da África ou da Europa. Entre estas últimas, eram muito conhecidas as “Itálicas” ou “Ítala”, provindas da Itália. No fim do século IV, graças a estas porções todas, se pode dizer que já havia *uma “Bíblia Latina”, chamada de Vetus Latina*, ou, em nossa língua, Velha Latina. Não é, pois, de estranhar que uma tradução feita desta maneira estivesse cheia de erros. Santo Agostinho (354-430) relata este fato da seguinte forma:

É possível numerar os que traduziram as Escrituras do hebraico para o grego, mas não é possível fazer o mesmo com os tradutores latinos, porque, nos primeiros períodos da fé cristã, todos aqueles em cujas mãos chegava um manuscrito grego e supunham ter algum conhecimento de ambas as línguas, aventuravam-se a traduzir.

É fácil imaginar o que resultou destas improvisações feitas pelos que se julgavam aptos para a tarefa: tanto as traduções como suas cópias estavam cheias de erros. Jerônimo se queixava disto ao falar da corrupção que havia nestas traduções latinas e dizia que “as formas dos textos eram quase tantas como os códices”.

Diante disto, os cristãos mais zelosos da época sentiam a grande necessidade que havia de uma tradução melhor, digna de confiança, que estivesse livre de erros e que estivesse à altura do cristianismo nascente.

Foi Sophronius Eusebius Hieronymus (c. 340-420), mais conhecido pelo nome de São Jerônimo, quem contribuiu decisivamente para a solução deste

problema.

Nasceu em Stridon, atual Stridova, próximo de Aquiléia, em Emona, nos limites da Dalmácia e Panônia de então, e no norte da Iugoslávia atual. De família rica, cedo foi para Roma em busca de educação e lá se batizou no ano de 360, demonstrando grande amor à cultura. Viajou muito, indo primeiramente à Gália, de onde voltou com a disposição de se entregar ao estudo da teologia e à vida ascética. Passou cerca de um ano na Aquiléia, onde conheceu Rufino. Depois, foi para o Oriente, onde praticou o ascetismo que desejava e, mais tarde, estudou hebraico com um rabi converso ao cristianismo. Quando estava em Antioquia, adoeceu gravemente, chegando até ao delírio e foi numa destas crises que lhe pareceu estar diante do Juízo Final, onde lhe perguntaram quem era. “Sou cristão”, respondeu angustiado, e o que ouviu em seguida causou-lhe uma impressão tão profunda que foi decisiva na sua vida: “Mentes, és um ciceroniano e não um cristão.” Diante disto, resolveu sacrificar o amor que dedicava aos clássicos latinos e dirigiu-se para os desertos da Calcídia, entregando-se à meditação e ao estudo, numa austera vida ascética.

Passando novamente por Antioquia, foi ordenado presbítero sem aceitar lugar determinado de trabalho. Seu grande desejo era conhecer melhor a Bíblia e, com este propósito em vista, dirigiu-se para Constantinopla, onde foi discípulo de Gregório Nazianzeno e onde traduziu para o latim as homílias de Orígenes sobre Jeremias, Ezequiel e Isaías. Sempre que podia, aprimorava seus conhecimentos de latim, grego e hebraico, preparando-se inconscientemente para a maior tarefa que realizaria em sua vida.

De regresso, tornou-se secretário do Bispo de Roma (Papa Dâmaso), e passou a gastar suas horas livres fazendo apologia da vida ascética e, principalmente, estudando a Bíblia e corrigindo os manuscritos viciados que existiam em abundância. Enquanto a defesa da vida ascética e os ataques que fazia à vida cristã leviana existente em Roma granjeavam-lhe muita inimizade, especialmente nos meios religiosos, o entusiasmo que tinha pela revisão das traduções defeituosas existentes, despertou a atenção de Dâmaso e este o encarregou de fazer uma revisão completa de toda a Velha Latina para terminar de vez com as dificuldades que haviam. Acontece, porém, que seu protetor morreu em dezembro de 384 e Jerônimo, cada vez mais pressionado pelos inimigos que granjeara, viu-se forçado a abandonar a cidade em meados do ano seguinte, dizendo não ser mais possível viver naquela “Babilônia”, onde “não se tem o direito de ser santo em paz”.

Dirigiu-se para o Oriente e, depois de algumas peregrinações, inclusive

pelo Egito, fixou-se em Belém, onde fundou um mosteiro para homens dirigido por ele mesmo até sua morte e outro para mulheres que ficou sob a direção de Paula, matrona romana viúva do senador Tossózio e que, juntamente com sua filha Eustóquia, também abandonara Roma pelos mesmos motivos. Tanto Paula como sua filha foram canonizadas pela Igreja.

Cansado de fazer tantas revisões nos textos mal traduzidos do grego e impressionado com as dificuldades que enfrentava nas suas polêmicas com os judeus que não mais reconheciam a Septuaginta como tradução correta, Jerônimo, convencido que estava da *Veritas Hebraica*, resolveu, nesta última parte da sua vida, fazer uma tradução inteiramente nova, baseada diretamente nos originais hebraicos. Procurou aprimorar ainda mais os conhecimentos que tinha desta língua, mantendo contatos com rabis de Lida e Tiberíades, e atirou-se ao trabalho, durante o qual não quis seguir a ordem bíblica dos livros. Preferiu começar pelos de Samuel e Reis que lhe pareciam ser mais fáceis e deles passou para Salmos, Jó, Esdras, Neemias e outros, sempre fora de ordem. Segundo afirmação dele mesmo, em três dias traduziu os três livros de Salomão.

Foi cedendo “às instâncias de Cromácio e Heliodoro” que “Jerônimo aceitou traduzir os livros de Tobias e Judite, excluídos do cânon hebraico, tarefa que realizou com maior rapidez e liberdade que as demais”.^[7] “Ele não revisou nem traduziu Sabedoria de Salomão, Eclesiástico, Macabeus e Baruque.”^[8] “No que se refere ao livro de Baruque, este se acha ausente de todos os manuscritos antigos da Vulgata.”^[9] Transcrevemos literalmente estas frases de Gribomont e Price porque exprimem exatamente o zelo que Jerônimo tinha pelo cânon hebraico e o que pensava a respeito dos livros que dele não faziam parte, dos quais disse claramente: “Seja o que for, estão fora deste [do cânon hebraico] e devem ser postos entre os apócrifos.”^[10] Noutro lugar, assim se exprimiu sobre o mesmo assunto: “Ajuntados, na verdade, pela Igreja, não foram recolhidos entre as escrituras canônicas Servem para edificação do povo, mas não para confirmar a autoridade de doutrinas.”

A tradução de Jerônimo só recebeu o nome de *Vulgata* na Idade Média. No seu tempo, eram as traduções comuns da Bíblia que tinham este nome e o próprio Jerônimo o usava para designar os textos gregos vulgares das Escrituras em oposição ao erudito de Orígenes.

Jerônimo não teve a satisfação de ver sua tradução aceita pela Igreja, sem dúvida por causa da oposição que lhe faziam seus inimigos. De princípio, ela foi muito discutida, mas paulatinamente foi sendo cada vez mais usada, até que, com o correr dos séculos, passou a ser a mais transcrita e conhecida, “a

Bíblia de todo o cristianismo ocidental” no dizer de Price.^{11}

A Vulgata de Jerônimo serviu para Wycliffe traduzir sua Bíblia para o inglês e também os tradutores alemães anteriores a Lutero a usaram como original. Quando chegou a imprensa, na segunda metade do século XV, foi ela o primeiro livro a ser impresso, com noventa e duas edições antes de 1500.

Acontece, porém, que os copistas da Vulgata não tiveram o mesmo zelo dos massoretas, dos quais nos ocuparemos mais adiante, e não foi pequeno o trabalho de revisão a que precisou ser submetida. O próprio texto da “Bíblia de Mazarino”^{12} estava cheio de erros. Quando o Concílio de Trento, na sua IV sessão, realizada em 8 de abril de 1546, adotou a Vulgata como texto oficial da Igreja, teve também a preocupação de limpá-la dos erros que se encontravam nos exemplares que tinha em mãos. Diante disto, Roma envidou seus maiores e molhos esforços no sentido de obter um texto satisfatório e o resultado foi a “Edição Sixtina” de 1590, aprovada por Sixto V, e a “Edição Sixto-Clementina” de 1592, aprovada por Clemente III.

Relíquias preciosas da Vulgata são os dois volumes que pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Eles foram trazidos de Portugal por D. João VI quando veio para o Brasil em 1808 e são os únicos exemplares completos dentre os trinta ou quarenta que ainda restam de uma edição feita em 1462 pelos sucessores do inventor da imprensa. Um destes volumes, o chamado “Exemplar Coustard”, foi avaliado, cerca de 1940, em três milhões de cruzeiros!

As Bíblias Hebraicas Modernas

Já vimos como a Bíblia Hebraica fixou seu cânon e como rejeitou definitivamente qualquer tentativa para modificá-lo, fosse para aumentar ou fosse para diminuir o número dos seus livros. Seria oportuno, agora, acompanhar algo da sua história desde a fixação deste cânon, isto é, desde os tempos de Esdras e Neemias.

Logo depois dos judeus voltarem do seu cativeiro na Babilônia, surgiram na Palestina os *soferim*, homens cultos e zelosos que se dedicavam à preservação dos documentos sagrados, colecionando as variantes que encontravam e buscando aprimorar o texto. Quando copiavam os livros sagrados, eram tão exatos que chegavam até a contar o número de letras e palavras de cada livro.

Isto aconteceu não só na Palestina, entre os judeus que regressaram do exílio, mas também na Babilônia, entre os judeus que lá ficaram. Os *soferim* de lá demonstravam o mesmo cuidado e tinham o mesmo propósito que seus companheiros da Palestina.

A maior dificuldade que havia era o problema das vogais, porque estas não são escritas na língua hebraica. A língua é consonantal e deixa as vogais por conta do leitor. Nos primeiros tempos, ou melhor, quando o povo formava um núcleo bastante compacto, não havia, praticamente, problema muito sério na preservação destas vogais, mas, quando os grupos começaram a separar-se após a volta do cativeiro babilônico, a situação passou a se agravar, surgindo a necessidade de se criar um processo que indicasse as vogais corretas de cada palavra, tarefa tanto mais difícil porque ninguém queria alterar o texto propriamente da escrita. Este assunto era pacífico.

A maneira encontrada para fazer esta vocalização sem tocar no texto, foi colocar as vogais em forma de sinais escritos entre as consoantes, por baixo e por cima delas. O problema que havia era mais ou menos semelhante ao que nós teríamos em nossa língua, se escrevêssemos apenas as consoantes. Assim, as palavras “rato”, “rata”, “reto”, “reta”, “rito” e “roto”, seriam todas escritas com apenas suas consoantes “rt”, as palavras “tudo”, “tido”, “todo” e “toda”, apenas com “td”, e assim por diante. Talvez o problema não fosse tão complicado porque a variedade de significados que têm as palavras escritas com as mesmas consoantes e vogais diferentes não seja tão grande como em

português.

Deste trabalho dos *soferim* nasceu uma tradição vocálica que passou a ter o nome de *massorá* e os que a criaram e preservaram, passaram a ser chamados massoretas. Por sua vez, além dos sinais vocálicos, a massorá passou a incluir também indicações relativas a variações de textos, bem como outras informações que permitem um estudo mais completo destes textos, esclarecendo-os o melhor possível.

Como consequência natural destes dois centros de judaísmo, surgiram duas Escolas de massoretas, a Babilônica e a Palestina, ambas desempenhando papel relevante na tarefa de conservação tanto da língua hebraica como dos textos sagrados. Destas Escolas, a Babilônica desapareceu em meados do século VII, quando os árabes conquistaram os territórios das áreas adjacentes àquela antiga cidade. Enquanto isso, a Palestina começou a perder seu vigor e a ser substituída por outra que surgia na época, a de Tiberíades, cidade também da Palestina, cujos massoretas cada vez mais se foram impondo com seus trabalhos. Seus últimos representantes viveram nos séculos X e XI e pertenciam às famílias Ben Asher e Ben Naftali, sendo que os representantes daquela, a de Ben Asher, diziam que os sinais por eles usados derivavam de revelações diretas de Moisés no Sinai.

No mesmo século em que Gutenberg inventou a imprensa e seus sucessores publicavam a Vulgata, os judeus da Europa trataram também de imprimir suas Bíblias e o fizeram especialmente na Itália, em Portugal e na Espanha. Em 1477, apareceu o primeiro livro da Bíblia impresso por eles, o dos Salmos, e em 1488 uma família de impressores que se tornou conhecida pelo nome de Soncino, por causa da cidade onde iniciou seus trabalhos, imprimiu a primeira Bíblia Hebraica completa, não se sabendo que manuscrito usou. Em 1517, Felix Platensis fez o primeiro esforço para escolher um manuscrito erudito e publicou a primeira Bíblia Rabínica, assim chamada por causa dos comentários que possuía. Contudo, a Bíblia Hebraica que se tornou a mais célebre de todas quantas foram impressas nessa época, foi a de Jacó Ben Chayyim, publicada em Veneza nos anos de 1524 e 1525. Ben Chayyim, buscando obter o melhor texto massoreta possível, conseguiu um que pensava ser o que fora copiado e vocalizado no ano de 895 por Moisés Ben Asher, de Tiberíades, e conhecido pelo nome de *Códice de Cairo dos Profetas*. Além disto, esta Bíblia de Ben Chayyim possuía também uma massorá abundante. Mercê de tantas qualidades, tornou-se o padrão das Bíblias Hebraicas publicadas posteriormente.

O maior editor moderno de Bíblias Hebraicas, Rudolf Kittel, publicou

duas edições baseadas no texto de Jacó Ben Chayyim, a última delas em 1929. Neste ano, porém, ao assinar o prefácio de sua terceira edição publicada oito anos depois, Kittel regozijava-se pelo fato de poder baseá-la num texto que obtivera por empréstimo da Biblioteca Pública de Leningrado, onde estava catalogado com a sigla “B 19^a”, e que era uma cópia dos “claros e corretos livros preparados pelo Mestre Aarão Ben Moisés Ben Asher”, considerado um erudito da Escola de Tiberíades ainda maior do que seu próprio pai. Esta cópia foi feita por Samuel Ben Jacó, no Cairo, no ano de 1008 ou 1009. Baseada num manuscrito mais recente e possuidora de uma massorá mais erudita, a Bíblia Hebraica de Kittel, a partir desta sua terceira edição, passou a desfrutar de uma fama ímpar entre suas congêneres.

O grande sonho de Kittel, porém, o que nem ele e nem seus sucessores puderam realizar até agora, foi o de publicar sua Bíblia Hebraica baseada no próprio original de Aarão Ben Moisés Ben Asher, do qual o texto “Leningrado B 19^a” era apenas cópia. Aarão transcreveu e vocalizou seu texto para uma comunidade judaica de Jerusalém no ano de 930 e de lá os cruzados o levaram para a cidade do Cairo a fim de guardarem-no com segurança. Deste lugar foi levado para Alepo, cidade da Síria, onde foi descoberto na sinagoga dos judeus *sefardim* e, por isto, passou a ser conhecido pelo nome de “Códice de Alepo”.

Os eruditos tudo fizeram para conseguir este códice a fim de estudá-lo, mas os responsáveis pela sinagoga não o permitiam de forma alguma, por julgarem que seu autor, Aarão, fosse o irmão do Moisés da Bíblia. Portanto, não podia ser profanado!

Por todas estas razões, este manuscrito era uma relíquia tanto para os membros da sinagoga, por causa da crença que tinham a seu respeito, como para os eruditos que conheciam sua real procedência. Alguém conseguiu fotografar uma página dele, mas os resultados foram ainda piores porque tal ato concorreu tão-somente para aumentar ainda mais a vigilância em torno da preciosidade. Culminando todas estas dificuldades, em 1948 um incêndio destruiu a sinagoga e o manuscrito se perdeu, deixando desapontados tanto os *sefardim* de Alepo como o mundo erudito em geral. Aconteceu, porém, que onze anos mais tarde, em 1954, quando alguns operários revolviam as pedras do edifício da sinagoga com o propósito de reconstruí-lo, para gáudio de todos, o precioso texto foi encontrado praticamente incólume. Levaram-no para Israel e este país pretende fazer dele o novo texto oficial da Bíblia Hebraica.

As Bíblias até 1947

Após considerar o que os judeus fizeram com sua Bíblia Hebraica depois da descoberta da imprensa, é conveniente completar o quadro atual do Velho Testamento com um apanhado do trabalho que os cristãos fizeram neste sentido e durante o mesmo espaço de tempo.

É bem conhecida a forte aversão que a Igreja votava contra os judeus no período medieval e que resultou em tantas perseguições. No entanto, enquanto estes multiplicavam suas edições impressas do Livro Sagrado, ela, a Igreja, nada fazia neste sentido. A publicação da Vulgata foi feita por leigos e, desde então, nada mais se fez neste sentido.

Foi visando preencher este vácuo que o Cardeal Ximenes (Francisco Ximenes de Cisneros) tomou a iniciativa de publicar a primeira edição de uma Bíblia Hebraica feita por cristãos. Esta obra surgiu em 1520 e teve o nome de “Bíblia Poliglota Complutense”, porque, além do texto hebraico, continha também o da Vulgata e da Septuaginta, e porque seu trabalho, que exigiu mais de quinze anos de intenso labor, foi feito na Universidade de Alcalá, fundada pelo próprio Cardeal Ximenes nesta cidade, cujo nome, nos tempos romanos, fora *Complutum*.

Esta Bíblia de Ximenes e a de Ben Chayyim serviram, ambas, para a publicação, entre 1661 e 1667, de um importante texto que ficou conhecido pelo nome de “Texto de Amsterdam”, o qual, revisado sucessivamente por Von der Hooght em 1795 e por Letteris em 1852, passou a ser usado pelas Sociedades Bíblicas nas suas publicações.

Resumindo, podemos dizer que, até a descoberta dos Manuscritos do Mar Morto em 1947, o quadro do Velho Testamento da nossa Bíblia era, em rápidos traços, o seguinte: Com seu cânon formado nos tempos de Esdras e Neemias, conforme a tradição judaica aceita pelos cristãos conservadores, a Bíblia Hebraica passou a ser copiada a mão pelos *soferim* e foi traduzida para o grego, com o nome de Septuaginta, nos últimos séculos antes da era cristã. Desta nasceu a *Vetus Latina* e, com o auxílio direto da Bíblia Hebraica, surgiu a Vulgata. Esta, por sua vez, depois de uma grande polêmica a respeito, incluiu no seu bojo os discutidos Livros Apócrifos e, em 1546, passou a ser o texto oficial das Bíblias católicas. A Igreja deu o nome de Livros Protocanônicos aos que pertenciam ao cânon hebraico e Deuterocanônicos

aos apócrifos, passando a chamar de Pseudepígrafes aos que os evangélicos continuaram a dar o nome de Apócrifos.

Após os *soferim*, a Bíblia Hebraica foi copiada durante muitos séculos, pelos massoretas e continuou a servir à comunidade judaica. Pelo fato dela ter sido a Bíblia usada por Jesus Cristo e pelos apóstolos, seu cânon foi o preferido pelos reformadores, pelos evangélicos e pelas Sociedades Bíblicas fundadas a partir do século XIX.

Outro detalhe que notamos é que o texto da Vulgata de São Jerônimo foi muito sacrificado por copistas descuidosos e, por isto, a Igreja Católica, após adotá-lo oficialmente no Concílio de Trento, empenhou-se vivamente na busca de um texto que estivesse o mais próximo possível do original. Deste esforço resultou a Bíblia Sixto-Clementina, fonte de todas as traduções que temos atualmente da Vulgata.

Baseando-se, entre outros fatos, naquilo que ocorreu com a Vulgata, céticos e críticos passaram a duvidar da exatidão do texto da Bíblia Hebraica, também tantas vezes copiado durante tantos séculos e por tanta gente, malgrado seus copistas, os *soferim* e *massoretas*, professarem grande zelo e cuidado. Tendo ela servido de base para as traduções mais recentes, estas, por sua vez, também diziam eles, não poderiam ser dignas de mais confiança.

Em contrapartida, os que criam na correção do texto sagrado moderno, além da sua fé, mediante a qual criam que a mão poderosa de Deus havia guardado o Livro Santo, tinham a seu dispor as traduções da Septuaginta e da Vulgata, feitas poucos séculos antes e poucos depois de Jesus Cristo, e bastava uma comparação entre elas para que se pudesse perceber a grande semelhança dos respectivos textos, sendo que as possíveis diferenças não afetavam qualquer parte doutrinária, ou necessária para a salvação. Feitas respectivamente nos séculos III-II AC e IV AD, estas traduções distanciavam-se entre si em mais de meio milênio, e mais de meio milênio as separava do texto hebraico mais antigo que possuímos até 1947, os que foram copiados e vocalizados por Moisés e Aarão Ben Asher, respectivamente nos anos de 895 e 930. Isto bastava a estes cristãos conservadores e fiéis para que cressem na exatidão da doutrina contida em todas estas traduções que, repetimos, não se contradiziam entre si neste aspecto. As cópias e correções dos textos sagrados haviam sido feitas, sempre, sob o cuidado divino, e este não permitiu que fosse cometido qualquer erro a respeito de doutrina. Não resta a mínima dúvida de que tal atitude era um ato de grande fé!

Assim, porém, não pensavam os que, por motivos os mais variados, não queriam crer na Bíblia e nem aceitar seus conceitos morais, espirituais e de

salvação. Continuavam eles, céticos e críticos, até uns trinta anos passados, a criticar a exatidão da Bíblia moderna, isto é, sua verdade doutrinária, baseando-se, inclusive, nos erros de copistas descuidados, sem dar atenção, sequer ao que diziam os estudiosos do assunto, antes os combatendo e até ridicularizando por causa de sua fé, tal como fazia meu colega de estudos na mocidade, cuja amizade ainda tenho em alto apreço como alegre recordação daqueles bons tempos.

Mil Anos Mais Antigos!

De acordo com os pronunciamentos dos mais destacados arqueólogos modernos, “os Manuscritos do Mar Morto são, talvez, a maior descoberta arqueológica do século presente”, “talvez o acontecimento arqueológico mais sensacional do nosso tempo”, e assim por diante. Por quê? Que razões têm eles, estes peritos nas coisas do passado, para fazerem tais afirmações? Por que são estes manuscritos tão decantados? O que representam eles para o estudo da Bíblia? Como e onde foram encontrados?

Não há unanimidade a respeito de como foram descobertos os primeiros Manuscritos do Mar Morto, mas a história mais citada é a de que em 1947 ou, talvez, em 1945, um jovem pastor de cabras da região de *Qumran*, às margens do Mar Morto, chamado Muhammad Adh-Dhib, saiu em busca de uma que se havia extraviado do rebanho. Como das demais vezes, procurou o animal nas encostas íngremes da margem noroeste do Mar Morto, onde havia muitas cavernas e, sabendo que era perigoso entrar em qualquer delas por causa dos animais venenosos que ali proliferavam, à medida que ia passando, simplesmente atirava uma pedra para seu interior: se a cabra lá estivesse, era certo que se movimentaria.

Não sabemos se encontrou ou não a cabra que procurava, mas o que sabemos é que uma das suas pedradas foi o princípio de uma série surpreendente de acontecimentos, isto por que, ao invés do barulho da cabra que procurava, ouviu um ruído semelhante ao de cerâmica quebrada. Temeroso de entrar sozinho na perigosa caverna, tratou logo de conseguir companheiros e, juntos, foram ver o que se passara.

Lá dentro, além do vaso que quebrara, encontraram outros enfileirados, que tinham cerca de sessenta centímetros de altura e estavam fechados. Pensaram logo em tesouros escondidos, mas ficaram decepcionados quando constataram que tudo não passava de velhos rolos de papiro e pergaminho. Desanimados, levaram alguns deles para casa e, segundo os que acham que a descoberta se deu em 1945, guardaram-nos até que, dois anos depois, resolveram trocá-los por algumas moedas nos antiquários de Belém e Jerusalém. Pouco receberam por estes rolos, porque ninguém lhes dava qualquer valor.

Os manuscritos, porém, chamaram a atenção do Arcebispo Ortodoxo, Mar

Atanásio Yeshue Samuel, Metropolitano Sírio do Mosteiro de São Marcos, situado na parte velha de Jerusalém, que adquiriu quatro deles. Examinando-os cuidadosamente, cada vez mais foi crescendo nele a idéia de que seriam cópias antigas e valiosas do Velho Testamento.

Num esforço para convencer os eruditos daquilo que imaginava, o Arcebispo levou os manuscritos para a Escola Americana de Pesquisas Orientais, em Jerusalém, e conseguiu impressionar os Drs. C. Trever e William Browinlee com sua tese. Da sua parte, estes tiraram fotografias dos documentos em questão e as enviaram para o renomado arqueólogo bíblico e professor da Universidade John Hopkins, nos Estados Unidos, Dr. William F. Albright que, maravilhado, confirmou as suposições do Arcebispo, e disse que se tratava de um manuscrito do livro de Isaías copiado lá pelos anos 100 AC!

Albright classificou o “achado” como sendo “absolutamente incrível”, e o mundo se revolucionou com a notícia da descoberta de um livro da Bíblia mil anos mais antigo do que o mais antigo manuscrito que havia dele até então.

Os rolos do Arcebispo foram vendidos para o Estado de Israel e este os entregou para a Universidade Hebraica, onde já havia outros semelhantes que, até estes acontecimentos, estavam entregues ao esquecimento.

De 1949 em diante, quando os estudos feitos já tinham convencido os eruditos do valor destes documentos, houve uma verdadeira febre de buscas arqueológicas na região. A caverna descoberta pelo pastor de cabras passou a ser vasculhada por peritos e, em 1952, após serem encontradas as cavernas de números 2 e 3 que apresentaram poucos resultados, correu a notícia de que os beduínos haviam descoberto uma quarta caverna, cuja contribuição em documentos foi tão grande ou maior ainda do que a de número 1.

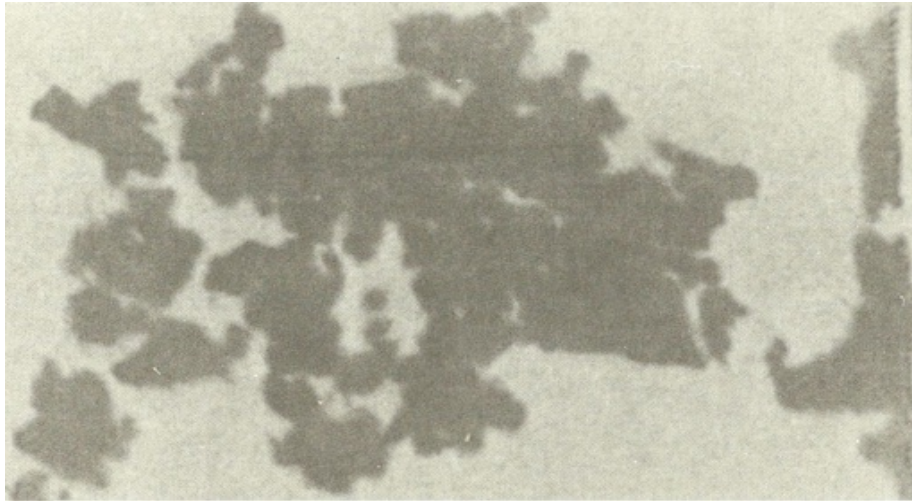


O Dr. John C. Trever e o Arcebispo Metropolitano do Mosteiro de São Marcos examinam um rolo do livro de Isaías, descoberto na caverna das encostas do Mar Morto.

Imediatamente, tanto nativos como arqueólogos redobram suas buscas, descobrindo, ainda neste mesmo ano, as cavernas números 5 e 6. Em 1955, foram descobertas as de números 7 a 10 e, finalmente, em 1956, surgiu a de número 11, que foi a última desta região, revelando-se tão rica em documentos como as de números 1 e 4.

As pesquisas se estenderam para além de *Qumran*, sendo descobertas outras cavernas em outras regiões. No *Wadi Murabaát*, a uns dezoito quilômetros para o sul de *Qumran*, foram encontrados documentos provindos de uma época posterior e nas ruínas do *Khirbet Mird*, a sudoeste de *Qumran*, encontraram-se documentos que vão até o século VIII AD. Daí por diante, o trabalho concentrou-se na avaliação dos documentos encontrados, cujo acervo era imenso, tão grande que os sábios levarão ainda anos para terminar sua tarefa.

Muito se discutiu a respeito da idade destes documentos, e usaram-se todos os recursos possíveis para descobri-la, fossem de ordem arqueológica, puramente científica ou histórica.



Fragmentos do linho que envolvia manuscritos descobertos na Caverna 1 de Qumran.

Compararam-se estes documentos com outros já encontrados, examinou-se o estilo da sua escrita, as semelhanças ortográficas, a caligrafia, a tinta e o material usados, aplicou-se a técnica do Carbono 14, estudaram-se as moedas encontradas junto com eles (na de *Murabaát* elas iam do tempo de Agripa I, 41-44 AD, até Adriano, 117-138 AD), a cerâmica coexistente, que é sempre fonte inestimável de informações, enfim, tudo se fez para determinar as datas procuradas. Os resultados desfizeram o pessimismo de muitos e confirmaram o que dissera Albright.

Sabe-se hoje que estes documentos foram escritos no período que vai desde o século II AC até o II AD, desde, portanto, cerca de duzentos anos antes do tempo de Jesus Cristo até quase duzentos depois do Seu nascimento, um período de grande importância tanto na história do judaísmo como na do cristianismo nascente. Não resta mais dúvida alguma de que o rolo de Isaías descoberto na Caverna 1 era contemporâneo daquele que Jesus tomou em Suas mãos quando Se pôs diante da sinagoga de Nazaré e foi expulso por Seus concidadãos.

Infelizmente, porém, encontraram-se poucos livros completos ou quase completos da Bíblia, mas o trabalho está sendo altamente compensador. Além dos dois rolos de Isaías encontrados na Caverna 1, o primeiro, o completo, e o segundo, quase completo, na Caverna 4, afora outros livros incompletos, encontrou-se uma cópia do livro de Samuel contendo quarenta e sete das cinquenta e sete colunas do livro todo. O resto é um número muito grande de textos maiores ou menores e dezenas de milhares de pedaços, alguns muitíssimo pequenos, que só foram salvos graças à paciência e perícia das

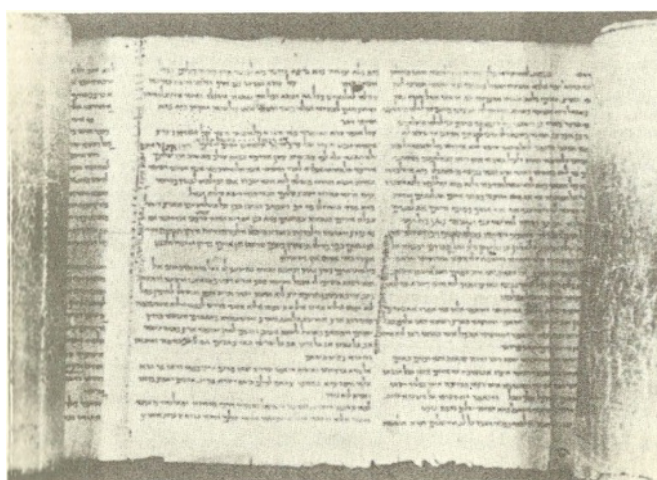
peneiras dos arqueólogos.

O fato dos Manuscritos do Mar Morto incluírem muita outra literatura além dos documentos relacionados com a Bíblia, permitiu um conhecimento muito maior da língua falada naquela época, tomando-se um conhecimento melhor do significado que muitas palavras difíceis de traduzir tinham naquela época. As novas traduções da Bíblia que estão surgindo nos nossos dias estão se beneficiando grandemente com este conhecimento.

Portanto, tudo o que consideramos até agora, coloca diante dos nossos olhos um exemplar praticamente completo do Velho Testamento, cujos livros foram copiados por zelosos judeus essênios cerca de um milênio antes das mais perfeitas e antigas cópias que tínhamos até agora, as dos também zelosos *massoretas* da Escola de Tiberíades.

Estas cópias do Velho Testamento, repetimos, mil anos mais antigas do que as mais antigas que possuíamos até agora, as dos Ben Asher, longe de apontar contradições oriundas de copistas descuidados ou erros que empanassem a verdade do Livro de Deus, confirmavam tudo o que se encontra na nossa Bíblia de hoje, e os demais manuscritos do Mar Morto estão contribuindo admiravelmente para eliminar pequenas dúvidas decorrentes da semântica da língua original e outros que tornam nossa Bíblia ainda mais clara e compreensível.

Foi por isto que as manchetes dos jornais daquele fim de década dos 40 foram perdendo o aspecto de sensacionalismo que os descrentes da Palavra de Deus lhes queriam dar e, enquanto isto acontecia, os pesquisadores realmente interessados no assunto, iam se interessando cada vez mais por estes documentos realmente preciosos.



Rolo completo do livro de Isaías, encontrado nas cavernas de Qumran.

Os Manuscritos do Mar Morto-II

À medida que eram descobertos, os Manuscritos do Mar Morto iam sendo rotulados com uma sigla identificadora, formada da seguinte maneira: começa com o número da caverna onde o documento foi descoberto, vindo em seguida uma letra identificadora do local da caverna; depois vêm as iniciais do livro da Bíblia ou da obra contida no documento e, finalmente, à guisa de expoente, vai uma letra que indica o número de ordem em que os documentos com o mesmo conteúdo foram descobertos na mesma caverna. Assim, a sigla “1QIs^a” identifica o documento encontrado na Caverna 1 de *Qumran* que contém o livro de Isaías descoberto em primeiro lugar nesta mesma caverna. Posteriormente, descobriu-se nesta caverna mais um rolo do mesmo livro de Isaías, incompleto, como já dissemos, e que, dentro deste procedimento identificador, ficou com a sigla “1QIs^b”. O rolo quase completo de Samuel a que já nos referimos e que foi encontrado na Caverna 4, ficou com a sigla “4QSam^a”.

O trabalho executado pacientemente pelos peritos que se ocupam do “quebra-cabeças” lá na sala dos manuscritos do Museu Arqueológico de Jerusalém ao qual já nos referimos, vai desde a limpeza dos pedacinhos de manuscritos feita com álcool e óleo de castor, depois de serem devidamente umedecidos para se tornarem flexíveis, até às fotografias infravermelhas feitas para ler aquilo que o olho humano não consegue nem com microscópio. Depois disto, a tarefa consiste em descobrir o lugar de cada pedacinho nas respectivas colunas dos rolos desgastados pelo tempo e mascarados pelas cabras, pois, como que para dar mais trabalho aos peritos de hoje, foi isto o que aconteceu com um grande número deles. Afortunadamente, porém, os rolos não foram deglutidos nem digeridos, talvez porque o sabor da cola não agradasse ao paladar dos caprinos.

A. Douglas Tushingham, chefe da Divisão de Arte e Arqueologia do Museu Real de Ontário, Canadá, relatou a surpresa que experimentou quando conversava com um destes peritos: em meio à palestra, seu interlocutor abaixou-se, tomou um pedacinho de texto que estava na cesta, olhou-o e, com a maior simplicidade, pediu licença e foi colocá-lo no lugar que lhe correspondia, debaixo de uma placa de vidro numa mesa distante, lá do outro lado da sala. Em seguida, voltou para continuar sua conversa com o visitante

canadense. É surpreendente a prática que estes homens têm na composição das páginas que estão distribuídas por assunto, linguagem, caligrafia, material usado, etc.

Em 1956, segundo Finegan, já haviam sido identificados aproximadamente 330 manuscritos, dos quais noventa pertenciam a livros da Bíblia. E desta forma que temos hoje, praticamente todo o Velho Testamento copiado por homens que viveram desde cerca de dois séculos antes de Cristo até um século depois do Seu nascimento e composto de uns poucos rolos completos ou quase completos, e da recomposição paciente dos demais, feita por homens que nisto estão gastando a própria existência. De acordo com o que James A. Sanders publicou num estudo seu, em 1972, já haviam sido encontrados até então os seguintes manuscritos de livros da Bíblia, inclusive os fragmentados: 15 de Gênesis, 15 de Êxodo, 8 de Levítico, 6 de Números, 25 de Deuteronômio, 2 de Josué, 3 de Juízes, 4 de Rute, 4 de Samuel (1º e 2º), 3 de Reis (1º. e 2º), 1 de Crônicas (1º e 2º), 1 de Esdras-Neemias, 5 de Jó, 30 de Salmos, 2 de Provérbios, 2 de Eclesiastes, 4 de Cantares, 19 de Isaías, 4 de Jeremias, 4 de Lamentações, 6 de Ezequiel, 8 de Daniel, e 8 dos Profetas Menores (os doze últimos livros do Velho Testamento da nossa Bíblia atual). Por motivos que os estudiosos do assunto procuram descobrir e explicar, nada se encontrou ainda do livro de Ester.

Quando o Dr. Siegfried Horn, professor jubilado de Arqueologia Bíblica da Andrews University, em Michigan, nos Estados Unidos, visitou o Museu Arqueológico de Jerusalém, impressionado, escreveu: *Uma das grandes surpresas proporcionadas por estes manuscritos é o fato de que praticamente cada texto bíblico representado mostra a mesma forma daquela que se encontra no texto massorético, o texto das nossas Bíblias Hebraicas. Praticamente, ouvia diariamente da boca dos que trabalhavam com este material, expressões que davam ênfase a este fato.*

Sem dúvida que esta foi uma das razões que levaram Albright a rotular esta descoberta como sendo “um achado absolutamente incrível”, e Avraham Negev a identificá-lo como “a maior descoberta arqueológica do século presente”. Um dos textos encontrados, o de Êxodo 6:27 a 7:2, que foi publicado por G. Lankester Hardin, então Diretor do Departamento de Antigüidades do Reino da Jordânia, serviu para demonstrar que ele, este texto, não difere em palavra alguma daquele que temos hoje, contendo apenas variações de ordem ortográfica.

Tudo isto é simplesmente extraordinário, porque, como já dissemos,

graças a estes Manuscritos do Mar Morto, temos hoje um Velho Testamento pré-cristão, diríamos, praticamente igual ao mais antigo dos que tínhamos até agora, o que foi copiado cerca de mil anos depois pelos Ben Asher, pai e filho. Tão antigo como este manuscrito hebraico, tínhamos até então apenas o Papiro Nash, escrito no II ou I século AC e descoberto no Egito, contendo apenas os Dez Mandamentos e o “Shema” (palavra hebraica que significa “ouve”) de Deuteronômio 6:14 em diante.

Com as descobertas dos Manuscritos do Mar Morto e especialmente com o que foi revelado pelo conteúdo deles, cessou quase que por completo a crítica que se fazia contra os copistas massoréticos que passaram daí por diante a ser profundamente respeitados por causa do seu zelo e exatidão.

De passagem, mencionemos também a parcela que, neste sentido, foi prestada pelas *genizas*, isto é, pelas salas anexas às sinagogas judaicas e que eram reservadas para receber todos os exemplares dos rolos sagrados já gastos pelo uso e os que, transcritos, não conseguiam passar pelo crivo arguto dos revisores. Ali eles se deterioravam sem intervenção de mãos humanas, evitando a profanação do nome de Jeová neles contido e a perpetuação de erros neles havidos. A *Geniza* do Cairo se tornou a mais célebre de todas porque, descoberta em 1864, apresentou todos os documentos ali depositados em excelente estado de conservação, graças ao clima desta parte do mundo.

O zelo e a exatidão dos massoretas foram postos em evidência e cessou qualquer dúvida sobre uma possível diferença entre o Velho Testamento de hoje e o dos tempos de nosso Senhor Jesus Cristo. Frederico Kenyon, um dos maiores arqueólogos bíblicos atuais e erudito dos mais renomados em Crítica Textual, diante de tudo isto e de mais ainda, pôde escrever o seguinte, de extremo valor para a alma penitente que fundamenta no Livro Sagrado a esperança que tem na salvação prometida pelo humilde Nazareno em quem Se encarnou o Filho de Deus:

Nenhuma doutrina fundamental da fé cristã repousa num texto em disputa. As constantes referências a erros e divergências textuais não suscitam nenhuma dúvida quanto ao conteúdo, à substância, à mensagem e mesmo à linguagem da Bíblia, pois elas ocorrem num ou noutro texto não significativo no teor geral do Livro.... O cristão deve tomar a Bíblia em suas mãos e afirmar, sem hesitação, que ele está segurando a verdadeira Palavra de Deus, transmitida, de geração em geração, através dos séculos e sem nenhuma perda essencial.

Os Essênios

Qualquer estudo sobre os Manuscritos do Mar Morto não ficaria completo sem que se falasse, mesmo que rapidamente, daqueles que nos legaram tão famosos quanto úteis documentos, os essênios.

Até 1947, pouco se sabia desta seita de judeus colocada por Josefo entre as três mais importantes da sua nação, imediatamente depois dos fariseus e saduceus. Segundo este escritor judeu, os essênios “ensinavam a imortalidade da alma”, “desprezavam as riquezas, eram muito comunicativos e despertavam nossa admiração”. Embora não fossem contra o casamento, evitavam-no por causa das “disputas domésticas”. Eram extremamente piedosos, viviam espalhados pelas cidades da Palestina e eram profundamente hospitaleiros. Filo, outro erudito judeu do princípio da era cristã, e Plínio, o Velho (23/24-79 AD), a ilustre vítima do Vesúvio quando este destruiu as cidades de Herculano e Pompéia, ambos falaram dos essênios, mas pouca atenção se lhes dava até que a monumental obra destes últimos surgiu das cavernas de *Qumran*.

Perto destas cavernas estava o *Khirbet Qumran* que já tinha sido explorado por Charles Clermont-Ganneau nos anos de 1873 e 1874, mas ficou no esquecimento porque parecia não ter maior importância. Agora, porém, o interesse foi ao auge e, de 1951 a 1956, estas ruínas foram cuidadosamente exploradas e escavadas por arqueólogos incansáveis como o Padre Rolando de Vaux, da Escola Bíblica Francesa, de Jerusalém. Não há indícios de que o *Khirbet Qumran* tenha servido de residência para os essênios, mas tudo indica que servia apenas de escritório e de local para seus ritos sagrados. Eles teriam morado ou nas cavernas da região, ou em tendas que foram destruídas pelo tempo.

No Museu de Jerusalém, além dos vasos de barro que continham os documentos, podem-se ver também os móveis usados por aquela gente, inclusive a mesa onde escreviam, os bancos nos quais se assentavam e os tinteiros que usavam. Já Clermont-Ganneau descobrira os cemitérios e, até agora, no principal deles, foram encontrados apenas ossos de homens adultos. Nos secundários, que existem por perto, foram achados também ossos de mulheres e crianças. Na parte sudoeste do prédio principal, existe, de um lado a outro, uma rachadura com desnível, resultado, sem dúvida, de algum

terremoto que, tudo indica, teria sido o de que fala Josefo e que ocorreu no ano de 31 AC.

Há várias idéias a respeito da origem dos essênios, fato que vem sendo estudado com muito interesse pelos eruditos, valendo-se dos documentos que deixaram. Uma delas é a de que teriam existido já na Babilônia (que seria a “terra de Damasco” por eles mencionada), tendo um grupo destes essênios regressado para a Palestina após as vitórias dos macabeus, na esperança de encontrarem um lugar na própria terra em que pudessem viver em paz numa atmosfera que fosse simpática a eles com os princípios rígidos que adotavam. Decepcionaram-se, porém, ao ver o ambiente frouxo de helenização que encontraram e com o tratamento algo hostil que experimentaram. Foi daí que resultou seu agrupamento em lugares mais isolados, onde podiam viver a vida que desejavam. Outros grupos de essênios teriam ido para outras partes do mundo.

Tanque existente nas ruínas de Qumran, onde se vê um desnível que teria sido provocado pelo terremoto de 31 AC.





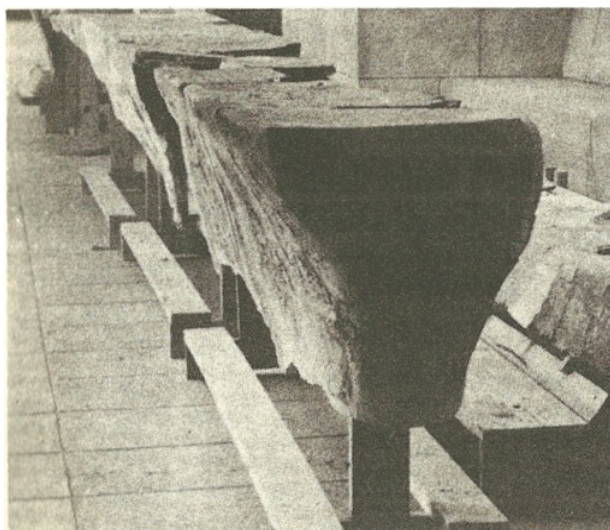
Tinteiros encontrados nas ruínas de Qumran. O do centro é de bronze e os outros dois de cerâmica.

Quanto aos essênios que habitaram *Qumran*, poderíamos dizer resumidamente que lá permaneceram até o ano de 31 AC, retirando-se, então, provavelmente por causa do terremoto de que fala Josefo. Nos primeiros anos da nossa era, teriam eles regressado para *Qumran*, deixando o lugar definitivamente em 68 AD, por ocasião da revolta dos judeus que culminou com a destruição de Jerusalém dois anos depois. Desde então não se tem mais notícia deste grupo religioso e não se sabe se os homens de *Qumran* foram destruídos pelos romanos ou se fugiram para outras partes da Palestina, espalhando-se por lá e desaparecendo do cenário.

Restos dos essênios talvez sejam os *caraitas*, um grupo medieval de judeus que residia na cidade do Cairo que, como eles, discordava do calendário rabínico. Na geniza deles, na Geniza do Cairo, entre os documentos encontrados, havia um que ficou conhecido pelo nome de “Documento de Damasco” ou “Documento Zadoquita”, do qual se encontrou uma cópia na Caverna 6 de *Qumran*. Este documento fala de um grupo para o qual Deus enviara “um Ensinador de Justiça” e que tomou o solene propósito de afastar-se dos maus, guardar meticulosamente o sábado e amar seus irmãos, tudo “de acordo com o que haviam descoberto os membros do ‘Novo Concerto’ na terra de Damasco”. Chamavam-se “Filhos de Zadoque”.⁵ Há os que querem identificar este “Ensinador de Justiça” com Jesus Cristo, mas é fácil concluir que isto não é possível por causa das crenças que os essênios

alimentavam e que eram diferentes das do Mestre da Galiléia. Basta, por exemplo, mencionar uma delas, a da imortalidade da alma.

No que não se põe qualquer dúvida é no fato de que foi na fuga de 68 AD que os essênios guardaram seus preciosos documentos nas Cavernas de *Qumran*, na esperança de reavê-los quando pudessem voltar. Tal, porém, nunca aconteceu! Pena é que estes documentos tenham sido encontrados primeiro pelas cabras e depois pelos arqueólogos!



Bancos usados pelos essênios, em Qumran

Após a fuga dos essênios, as construções de *Qumran* foram ocupadas pelos soldados de Tito até o fim da sua campanha e, depois disto, entre 132 e 135 AD, foram ocupadas novamente por judeus, desta vez os revoltosos liderados por Bar Cocheba. Em 135 AD, o Imperador Adriano venceu os rebeldes, destruiu novamente a cidade de Jerusalém e estas ruínas foram abandonadas de novo, transformando-se, finalmente, nas que foram exploradas por Clermont-Ganneau e Rolando de Vaux.

Resumindo

Tudo quanto dissemos até agora sobre a Bíblia Hebraica, o Velho Testamento da Bíblia cristã, procuramos resumir no quadro que se segue a este capítulo e que leva o nome de *Origem das Traduções Modernas da Bíblia*. Este quadro tem o propósito de facilitar a compreensão do tema, esquematizando-o em linhas gerais. Insistimos no fato de que não estamos cuidando de pormenores, mas apenas queremos realçar os grandes passos que já foram dados no penoso trabalho de buscar textos bíblicos sempre cada vez mais próximos dos originais. Este capítulo é, pois, uma explicação deste quadro.

Não possuindo os originais dos manuscritos hebraicos antigos, mas apenas cópias deles separadas tanto no tempo como no espaço, foram eles sendo copiados através dos séculos por homens às vezes descuidados, é verdade, mas, felizmente, muitas vezes por pessoas zelosas em sua tarefa piedosa.

Segundo a tradição judaica, foi no tempo de Esdras que se completou o cânon sagrado do Livro de Deus, isto é, do conjunto de livros que integram a Bíblia Hebraica e, conseqüentemente, o Velho Testamento das Bíblias evangélicas. Destes antigos manuscritos hebraicos procedem também as cópias dos livros sagrados que foram descobertas em 1947 entre os Manuscritos do Mar Morto.

Desta Bíblia Hebraica procedeu a tradução grega que ficou conhecida pelo nome de Septuaginta, LXX, e que foi a primeira feita para outra língua. Esta LXX transformou-se na Bíblia por excelência dos judeus da dispersão e no Velho Testamento do cristianismo nascente. Sua tradução foi feita em Alexandria e tinha o propósito de conservar unidos os judeus distantes da pátria, que não sabiam mais falar a língua materna. Ela se transformou numa obra de suma importância para os estudos das coisas sagradas, tanto de judeus como de cristãos.

Por causa de algumas oposições ao cânon de Esdras, especialmente após a queda de Jerusalém em 70 AD, os judeus que permaneceram na Palestina compreenderam ser preciso eliminar de vez por todas as dúvidas e oposições que existiam a respeito do antigo cânon. O resultado foi a convocação do Concílio de Jâmnia entre os anos 90 a 118 AD no qual, após ser discutido e

estudado o assunto com todo o zelo judaico, ficou confirmado o cânon dos tempos de Esdras e se proibiu o acréscimo ou a supressão de qualquer dos seus livros. Mais do que isto, com o propósito de assegurar uma transmissão correta da Bíblia Hebraica, o mesmo Concílio estabeleceu regras para a transcrição destes livros sagrados, legando-as aos massoretas tanto da Babilônia como da Palestina. Mais famosa do que estas duas, se tornou a Escola de Tiberíades, cuja vocalização ganhou as simpatias gerais e relegou as duas primeiras ao abandono.

Entrementes, o cristianismo já sentia a necessidade de novas traduções da Bíblia, desta vez para o latim, língua que se ia espalhando cada vez mais pelo Império Romano. Para satisfazê-la, apareceu a *Vetus Latina* e, finalmente, no fim do século IV e princípio do V da nossa era, a monumental tradução feita por São Jerônimo, a Vulgata. Para a execução deste trabalho, Jerônimo baseou-se especialmente na Bíblia Hebraica, mas usou também a Septuaginta e, por causa desta influência grega e a pedido de algumas pessoas amigas, traduziu também livros que não constavam do cânon hebraico, chamando, porém, a atenção para este fato.

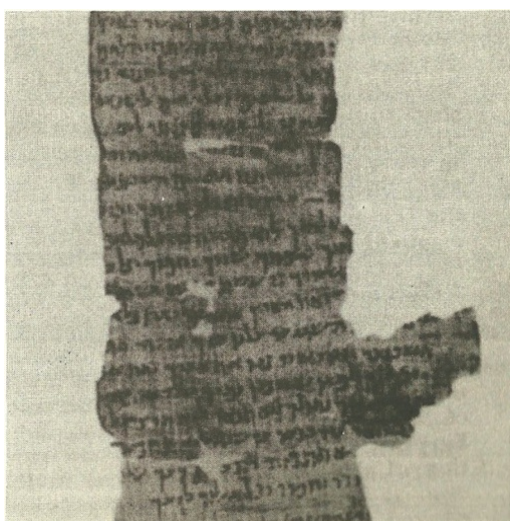
Foi a Vulgata a Bíblia mais usada durante toda a Idade Média, tendo sido a primeira a ser impressa por Gutenberg. Durante a Contra-Reforma, a Igreja Católica terminou por adotá-la oficialmente como seu texto exclusivo, incluindo os livros apócrifos e dando-lhes o nome de deuterocanônicos. Isto se deu no Concílio de Trento (1545-1563). Devido aos erros praticados por copistas apressados, Roma dedicou-se intensamente à busca dos melhores textos da Vulgata que existiam, aprimorando-os quanto possível, realizando o trabalho admirável das edições Sixtina e Sixto-Clementina que passaram a servir de base para as traduções católicas desde então.

Como resultado dos esforços feitos pelo Cardeal Ximenes, da Espanha, no ano de 1520 veio à luz a primeira Bíblia Hebraica publicada por cristãos, a chamada Bíblia Poliglota Complutense, nome que lhe foi dado porque continha os textos da Bíblia Hebraica, da Septuaginta, da Vulgata latina e da Siríaca, e por ter sido feita em Complutum, antigo nome da cidade Alcalá, onde foi impressa. Seu valor reside, como dissemos, no fato de ter sido a primeira Bíblia cristã a publicar o texto hebraico, reconhecendo, portanto, a importância deste texto para qualquer estudo mais profundo das Sagradas Escrituras.

Voltando à Escola de Tiberíades, notamos que dela procederam dois ramos, ambos se destacando pela clareza com que vocalizaram seus textos sagrados: o da família dos Ben Asher e o da família dos Ben Naftali, sendo

que este último foi suplantado pelo primeiro. Os mais lídimos representantes dos Ben Asher foram Moisés e seu filho Aarão, tendo este último produzido em 930 o mais perfeito códice que se conhece, o Códice de Alepo que não pôde ainda ser usado por causa de uma série de percalços sofridos. Felizmente, porém, depois de ser dado como perdido, foi encontrado e está em Israel que o deseja usar como texto oficial das Bíblias Hebraicas modernas.

Não possuindo o Códice de Alepo, os zelosos guardadores da Bíblia usavam o melhor texto até então conhecido e que era o de Moisés Ben Asher, escrito em 895 e conhecido pelo nome de Códice de Cairo dos Profetas.



O fragmento mais antigo do Velho Testamento; conhecido como “Papiro Nash”. Data do ano 100 da nossa era e contém os Dez Mandamentos.

Jacó Ben Chayyim usou este texto quando publicou sua Bíblia Hebraica em 1525 e, depois de passar pelas sucessivas revisões de Amsterdam, Von der Hooght e Letteris, foi o preferido pelas Sociedades Bíblicas que surgiram a partir do século passado.

Rudolf Kittel, no princípio do nosso século, dedicou-se à publicação da Bíblia Hebraica e lançou mão do texto de Jacó Ben Chayyim, o melhor que se conhecia. Após a segunda edição desta Bíblia, seus discípulos fizeram uma descoberta sensacional na Biblioteca de Leningrado, a de uma cópia do texto de Aarão Ben Moisés Ben Asher, isto é, de uma cópia do Códice de Alepo, onde tinha a sigla B 19^a. Kittel exultou quando pôde publicar sua terceira edição baseada nesta cópia. Esta Bíblia, da sua terceira edição em diante, se tornou famosa por conter uma massorá que permite um estudo mais profundo

do texto sagrado. Contudo, tão logo for possível, seus sucessores querem, como Israel, usar o texto original do Códice de Alepo.

Resumindo, podemos dizer que o quadro do Velho Testamento das nossas Bíblias, até a descoberta dos Manuscritos do Mar Morto, era o seguinte: tínhamos cópias da Septuaginta, da Vulgata, dos Códices de Cairo dos Profetas e de Leningrado, este último representado pela Bíblia de Kittel. Todas elas são, respectivamente, dos séculos III-II AC e IV-V AD, e dos anos 895 e 1009 da nossa era.

A longa história de cada uma destas traduções e cópias já permitia dar à Bíblia um valor indiscutível quanto à correção do seu conteúdo porque, embora houvesse variantes, quando estudadas em conjunto, não continham trecho algum que justificasse qualquer dúvida a respeito de assuntos doutrinários ou de teologia necessários para o conhecimento do homem que, como pecador, busca a salvação.

Contudo, no seu hábito de sempre criticar o Livro Sagrado e de procurar nele erros a qualquer preço, houve alguns que continuaram a lançar dúvidas quanto ao seu conteúdo, afirmando, inclusive, que não se podia dar à Bíblia o valor que os fiéis conservadores lhe davam porque estaria cheia de erros de copistas, como era o caso da Vulgata, quando foi adotada oficialmente pela Igreja Católica. Quem poderia provar a inexistência deles? Estava, pois, raciocinavam eles, prejudicada a veracidade do Livro de Deus.

Era este o pé em que se encontrava a questão quando, em 1947, vieram à luz os Manuscritos do Mar Morto. Podemos bem imaginar a ansiedade com que céticos e crentes passaram a aguardar os resultados dos estudos destes manuscritos mil anos mais antigos do que o mais antigo que tínhamos até então. O resultado foi francamente favorável à Bíblia porque tudo quanto se descobriu veio apenas confirmar plenamente os textos até então conhecidos.

Além de colocar em nossas mãos cópias muito mais antigas, que se apresentavam praticamente iguais às mais recentes que possuíamos, os Manuscritos do Mar Morto fizeram ainda uma outra contribuição não menos importante que foi a de fornecer recursos que nos permitem ter um conhecimento muito mais profundo da língua que se falava nos tempos em que Jesus Cristo andava aqui na Terra, conhecimentos estes que nos levam a compreender melhor o texto das Escrituras.

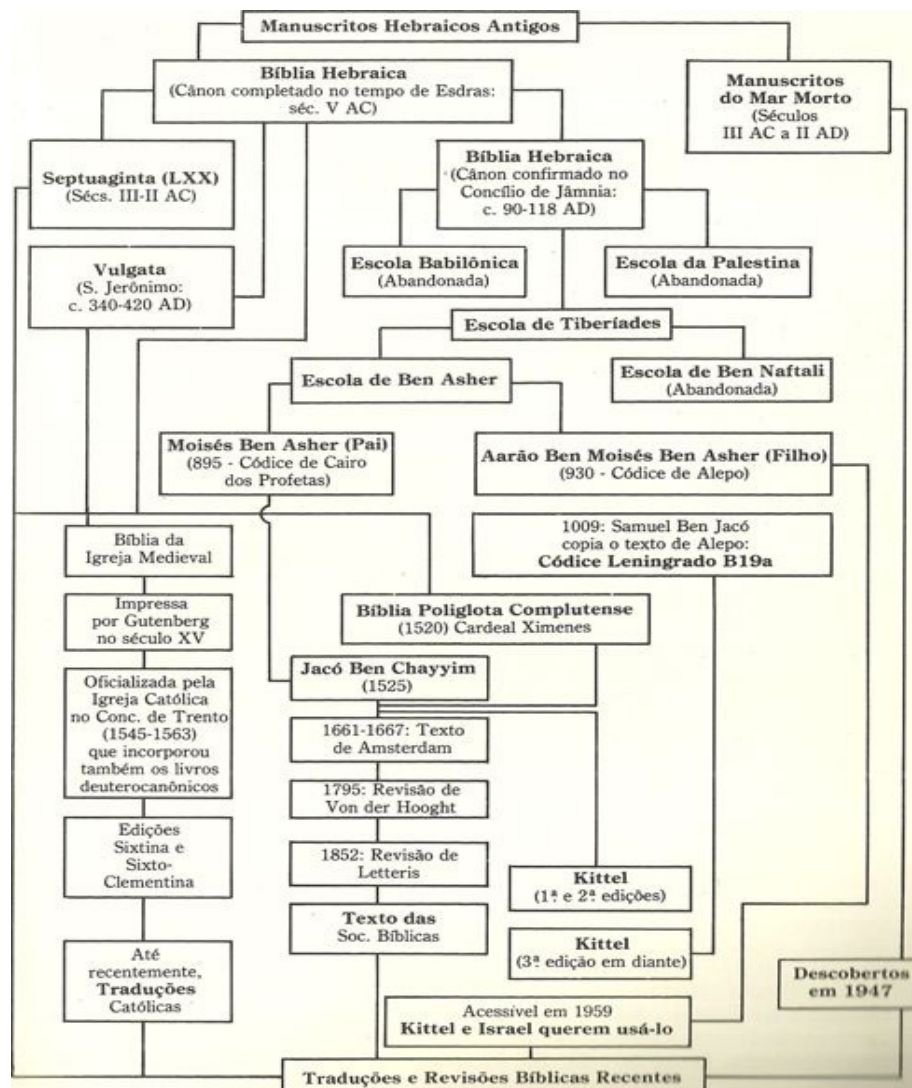
Se considerarmos que tanto estes Manuscritos do Mar Morto como as cópias dos Ben Asher são, por sua vez, transcrições de textos ainda mais antigos, temos de chegar à conclusão que o trabalho de todos estes copistas,

desde os tempos de Esdras e Neemias até o dos essênios e massoretas, é simplesmente extraordinário. Em resultado dele, a verdadeira crítica bíblica, aquela que é feita no sentido de buscar o autêntico, viu chegar às suas mãos um material valiosíssimo que está contribuindo decisivamente para confirmar ainda mais a fé depositada no Livro Sagrado pelos que nele confiam. Estas descobertas nos deram ainda maior certeza de que a mão poderosa de Deus sempre protegeu Seu Livro e sempre o protegerá.

Concluindo, no que diz respeito ao Velho Testamento, podemos dizer que as revisões modernas que estão surgindo tão seguidamente, têm à sua disposição, observando a ordem do nosso quadro, os seguintes textos mais antigos: a Septuaginta, a Vulgata, os vários textos da Bíblia Hebraica chegados até nós, a Bíblia Poliglota Complutense e outras semelhantes, os Códices de Cairo dos Profetas, de Leningrado, de Alepo e outros, e, por fim, os recém-descobertos e extraordinários Manuscritos do Mar Morto, vindos à luz nos nossos dias, a partir de 1947.

Bem que Cristo disse: “Se eles se calarem, as próprias pedras [os resultados da Arqueologia] clamarão”!^{[13](#)}

As Principais Origens das Traduções Modernas da Bíblia



{1} Jâmnia era o nome grego da antiga Jope de onde Jonas fugiu e onde Pedro morou, cidade que em hebraico se chamava Jabneel ou Jabneh.

{2} A palavra grega *deuteros* significa “segundo” na ordem.

{3} A palavra grega *protos* significa “primeiro” na ordem.

{4} Nos primeiros tempos da Igreja Cristã, o nome do autor de um livro aparecia logo no princípio da obra, detalhe a que se dava o nome de epígrafe, palavra que poderia ser traduzida por “escrito ou escrever sobre”. No caso dos livros religiosos que apareceram nessa época e que não pertenciam, portanto, ao cânon sagrado, não tendo este nome, esta epígrafe, ou tendo o nome de um autor falso, receberam eles, estes livros, o nome de pseudepígrafes, ou seja, livros com epígrafe falsa. Alguns deles são: o Livro de Enoque, o Livro dos Jubileus, o Martírio de Isaías, *etc.* Mais tarde, quando a Igreja Católica passou a usar o nome de deuterocanônicos para os que os protestantes chamavam de apócrifos, estes passaram a chamar os que não eram deuterocanônicos de pseudepígrafes.

{5} Diz Isaías 7:14 na tradução Almeida Revista e Atualizada: “Portanto o Senhor mesmo vos dará sinal: Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e lhe chamará Emanuel.” Esta profecia foi transcrita por São Mateus (1:23) que lhe acrescentou a explicação, “que quer dizer: Deus conosco”.

{6} Samuel Prideaux Tregelles, *Gesenius Hebrew and Chaldee Lexicon*, (Wm. B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, 1964), pág. 634.

{7} J. Gribomont, *Enciclopédia de la Bíblia* (Ediciones Garriga, S.A., Barcelona, 1963), Vol. VI, col. 1255.

{8} Ira Maurice Price, *Obra citada*, pág. 88.

{9} J. Gribomont, *Ibidem*.

{10} “Quidquid extra hos est, inter Apocripha ponendum.” Kuntz, *Obra citada*, pág. 37.

{11} Ira Maurice Price, *Obra citada*, pág. 89.

{12} A Bíblia de Mazarino é assim chamada porque foi descoberta na biblioteca que pertenceu a este cardeal e que foi a primeira a ser impressa por Gutenberg, em Mogúncia, entre os anos de 1452 e 1456.

{13} Evangelho de São Lucas, 19:40.